

idp

idn

MESTRADO PROFISSIONAL

EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA
ECONOMIA LOCAL, O CENTRO ESPACIAL DE ALCÂNTARA E
SUA ABERTURA PARA O MERCADO MUNDIAL:** *Perspectivas
de participação comunitária*

LIVIOMAR MACATRÃO PIRES COSTA

Brasília-DF, 2021

LIVIOMAR MACATRÃO PIRES COSTA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA LOCAL, O CENTRO ESPACIAL DE ALCÂNTARA E SUA ABERTURA PARA O MERCADO MUNDIAL: Perspectivas de participação comunitária

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Administração Pública do IDP – Escola de Administração de Brasília- DF, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Administração Pública.

Orientador

Professor Doutor Fernando Boarato Meneguim

Brasília-DF 2021

LIVIOMAR MACATRÃO PIRES COSTA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA LOCAL, O CENTRO ESPACIAL DE ALCÂNTARA E SUA ABERTURA PARA O MERCADO MUNDIAL: Perspectivas de participação comunitária

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Administração Pública do IDP – Escola de Administração de Brasília- DF, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Administração Pública.

Aprovado em 23 / 06 / 2021

Banca Examinadora

Prof. Dr. Fernando Boarato Meneguim - Orientador

Prof. Dr. Caio Cordeiro Resende

Prof. Dr. Rafael Silveira

C837p Costa, Liviomar Macatrão Pires
Políticas públicas para o desenvolvimento da economia local, o centro espacial de Alcântara e sua abertura para o mercado mundial: perspectivas de participação comunitária / Liviomar Macatrão Pires Costa. – Brasília: IDP, 2021.

108 p. : il. color.
Inclui bibliografia.

Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação) – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP, Curso de Mestrado profissional em Administração Pública, Brasília, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Boarato Meneguim.

1. Políticas públicas. 2. Desenvolvimento local - economia. 3. Centro Espacial de Alcântara. I. Título.

CDD 351

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Moreira Alves
Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, sempre ao meu lado, dissipando o cansaço e os temores a cada novo dia.

À banca de qualificação que, naquele momento, proporcionou reflexões importantes para a recondução do trabalho, assim como indicações de leitura que se incorporaram ao texto final.

Ao meu orientador, professor Dr. Fernando Meneguim, sempre tranquilo e objetivo, postura que me forneceu a confiança necessária para concluir este trabalho.

Aos companheiros do mestrado, pela troca de ideias e convivência durante reuniões de estudos e trabalhos acadêmicos.

Aos amigos de trabalho, em especial, aqueles que ajudaram nesta pesquisa: Ana Claudia Diniz, Fabiano Gallotti, Benedito Duailibe e Antônio Monroe Júnior.

Ao assessor da presidência da FIEMA- Federação das Indústrias do Estado do Maranhão Roberto Bastos, pelo material de apoio disponibilizado.

A Agência Espacial Brasileira (AEB), pela transparência nas informações, em especial ao seu Diretor de Governança, Cristiano Trein e o assessor da presidência, André Barreto.

À minha família, por entender minha ausência, mesmo muitas vezes estando presente, em particular aos meus queridos pais e a minha amada Luana Caroline, por me ouvir e dividir preocupações e aborrecimentos comuns à trajetória de elaboração de um trabalho final de mestrado.

Aos meus irmãos, sempre torcendo pelo meu sucesso e, em especial, ao Lívio Martins Costa Júnior e Marlívia Macatrão que ajudaram neste trabalho.



Aos amigos e incentivadores Roberto Rocha Júnior e Clodomir Paz.

Ao Senador Roberto Rocha, que possibilitou a minha participação e a realização deste mestrado.



RESUMO

A busca pela redução de desigualdades sociais atrelada a um desenvolvimento econômico local tem sido um grande desafio do Século XXI. Por esta razão, na elaboração de Políticas públicas, a diretriz tem sido o envolvimento das comunidades na construção do desenvolvimento econômico local. A implantação, no início da década de 1980, no município de Alcântara - Estado do Maranhão, de um centro de alta tecnologia de lançamento de foguetes, motivou conflitos e impactou as comunidades tradicionais da cidade maranhense. Ao longo de décadas, o Centro Espacial cumpriu apenas metas militares. No entanto, em 2019, a assinatura e a aprovação no congresso nacional do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) com os Estados Unidos criou novas perspectivas ao programa espacial brasileiro, para o uso comercial do Centro Espacial e para o desenvolvimento econômico local. Nesse sentido, o objetivo geral dessa dissertação é identificar os anseios e expectativas das comunidades alcantarenses em relação à Base Espacial de Alcântara, proporcionadas pela assinatura do AST entre Estados Unidos e Brasil, e se as políticas públicas previstas podem dar respostas a estes anseios da população.

Quatro fontes de dados orientaram o desenvolvimento dissertativo dessa pesquisa: experiências que tenham contribuído para melhorias econômicas e que possam contribuir, positiva ou negativamente, com o estabelecimento de políticas públicas em Alcântara; A relação das comunidades do município de Alcântara, suas necessidades e expectativas com o AST e com a Base Espacial; Planos, programas e projetos previstos pelos órgãos competentes que tenham o escopo de uso comercial da Base Espacial e a análise dos impactos do AST com os Estados Unidos no centro espacial e suas consequências diretas para a população atingida. Após as entrevistas e análise documental, os principais achados sugerem que a Agência Espacial Brasileira (AEB) está planejando intervenções em Alcântara em consonância com as expectativas da população identificadas na pesquisa, principalmente no que concerne aos benefícios de geração de emprego e aumento do consumo interno que o AST proporcionará.

Palavras-chaves: Políticas públicas, Desenvolvimento local, Experiências de desenvolvimento, Centro Espacial de Alcântara, Acordo de Salvaguardas Tecnológico, Alcântara.

ABSTRACT

The search for the reduction of social inequalities linked to local economic development has been a major challenge in the 21st century. For this reason, the main guideline in the elaboration of Public Policies has been the involvement of communities in the construction of local economic development. The implantation in the early 1980s, in the municipality of Alcântara - State of Maranhão, of a high-tech center for rocket launching motivated conflicts and negatively impacted the traditional communities of the city of Maranhão. For decades, the Space Center has fulfilled only military goals. However, in 2019 the signing and approval at the national congress of the AST - Technological Safeguards Agreement with the United States created new perspectives for the Brazilian space program, for the commercial use of the Space Center and for the local economic development. In this sense, the objective of this dissertation is to identify the effects and opportunities of the Technological Safeguards Agreement, signed with the United States, for the participation of existing communities in the region in public policies for local development, as well as their expectations and perspectives. Four objectives guided the dissertation development of this research: To gather experiences that have contributed to economic improvements and that can positively or negatively base the establishment of public policies in Alcântara; Research the relationship of the communities in the municipality of Alcântara, their needs and expectations with the AST and the Space Base; Research plans, programs and projects foreseen by Organs competent bodies that have the scope of commercial use of the Space Base and Identify and analyze the impacts of the AST with the United States in the Space Center and its direct consequences for the affected population.

Keywords: Public policies; Local development; Development experiences; Alcântara Space Center; Technological Safeguards Agreement, Alcântara.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|-----------|
| Figura 1 Localização de Alcântara no Brasil e no Estado do Maranhão | 15 |
| Figura 2 Atribuições de cada órgão federal no plano de desenvolvimento do centro espacial de Alcântara | 85 |
| Figura 3 Fases do planejamento comercial do Centro Espacial De Alcântara | 86 |
| Imagem 1 Company town | 40 |
| Imagem 2 Centro Espacial de Kohrou | 43 |
| Quadro 1 Redes de cooperação – atores e características | 31 |
| Quadro 2 Resumo dos resultados do perfil dos entrevistados e comunidades | 54 |

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1

Evolução comparada entre os PIB's guianense e francês (1994-2006, em volume)

41

Gráfico 2

Grupos Étnicos Guiana Francesa

44

Gráfico 3

Atividades de subsistência

56

Gráfico 4

Alimentos produzidos nas localidades

57

Gráfico 5

Bens coletivos nas localidades

58

Gráfico 6

Tipos de unidades de bens coletivos nas comunidades

59

Gráfico 7

Potencial turístico

60

Gráfico 8

Atrativos turísticos

61

Gráfico 9

Organizações sociais nas comunidades

62

Gráfico 10

Participação nas decisões políticas

62

Gráfico 11

Relacionamento com representantes políticos 64

63

Gráfico 12

Necessidade de melhorias comunitárias

64

Gráfico 13

Tipos de melhorias necessárias nas comunidades

65

Gráfico 14

Relacionamento com a Base Espacial

66

Gráfico 15

Contribuição da base espacial em melhorias nas comunidades

67

| | | |
|-------------------|--|-----------|
| Gráfico 16 | Avaliação do contato da base espacial com a comunidade | 68 |
| Gráfico 17 | Participação da comunidade em projetos da base espacial | 69 |
| Gráfico 18 | Contribuição da Base Espacial para o desenvolvimento da cidade | 70 |
| Gráfico 19 | Tipos de contribuições da Base Espacial para o desenvolvimento da cidade | 71 |
| Gráfico 20 | Avaliação de impactos negativos da Base Espacial | 72 |
| Gráfico 21 | Tipos de impactos negativos da Base Espacial | 73 |
| Gráfico 22 | Avaliação sobre o acordo com os Estados Unidos | 74 |
| Gráfico 23 | Melhoria da situação financeira após o acordo com os Estados Unidos | 75 |
| Gráfico 24 | Formas de melhorias após o acordo com os Estados Unidos | 76 |
| Gráfico 25 | Distribuição dos benefícios na comunidade | 77 |
| Gráfico 26 | Ações necessárias para o aproveitamento do Acordo na cidade | 78 |

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....14

2. POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL – REFERENCIAL TEÓRICO E EXPERIÊNCIAS RELACIONADAS.....21

| | |
|--|----|
| 2.1 Políticas públicas..... | 21 |
| 2.1.1 Tipos de políticas públicas..... | 22 |
| 2.1.2 Aspectos que podem ser considerados na formulação de políticas públicas: o envolvimento da comunidade local..... | 23 |
| 2.2 Desenvolvimento econômico..... | 27 |
| 2.2.1 Desenvolvimento local ou regional..... | 28 |
| 2.2.2 Desenvolvimento e participação..... | 30 |
| 2.2.3 Desenvolvimento e responsabilidade social..... | 33 |
| 2.3 Experiências de desenvolvimento: intervenções que mudaram cenários locais..... | 35 |
| 2.3.1 Jazidas e Usinas Hidrelétricas na Amazônia..... | 36 |
| 2.3.2 Produção de mel no Piauí..... | 37 |
| 2.3.3 Instalação da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto..... | 39 |
| 2.3.4 Base Espacial de Kohrou – Guiana Francesa..... | 40 |

3. CENTRO ESPACIAL DE ALCÂNTARA X COMUNIDADE LOCAL: levantamento das expectativas49

| | |
|-------------------------------------|----|
| 3.1. Problema da pesquisa..... | 49 |
| 3.2. Hipótese de pesquisa..... | 49 |
| 3.3 Objetivos..... | 49 |
| 3.3.1 Geral..... | 50 |
| 3.3.2 Específicos..... | 50 |
| 3.4. Procedimento metodológico..... | 51 |

4. O AST E ALCÂNTARA: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PREVISTAS E PERSPECTIVAS DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA 82

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 91

REFERÊNCIAS.....95

APÊNDICES..... 105



1

1

INTRODUÇÃO



1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, a definição de soluções para os problemas ou para melhoria da qualidade de vida das populações apresenta-se em vários formatos no mundo inteiro. A busca incessante pela redução de desigualdades sociais atrelada a um desenvolvimento econômico local tem sido um grande desafio do Século XXI.

Nas duas últimas décadas, a indústria aeroespacial passou a ser uma vertente econômica relevante em diversas economias, ganhando importância no processo de desenvolvimento econômico e social dos países. Segundo Schmidt (2011), a discussão em torno da economia espacial tem como cerne da questão a dimensão do setor e chama atenção para a análise das receitas globais da indústria de satélites que servem como bom indicador da relevância desse mercado. Segundo a *Satellite Industry Association* (SIA) a indústria espacial reúne quatro segmentos: fabricação de satélites, lançamentos, equipamento de solo e serviços satelitais. Dados da SIA (2010) apontam, que em 2009, este mercado alcançou a cifra de US\$ 160,9 bilhões. Oito anos depois, em 2017 já faturavam US\$ 268,6 bilhões, alcançando US\$ 277,4 bilhões, em 2018; mantendo a tendência de crescimento anual médio de 3% (três por cento) (SIA, 2019). Somente a indústria de lançamentos, faturou US\$ 6,2 bilhões em 2018, segundo o *site* da associação. Trata-se de um mercado bilionário e que, se bem planejado pode gerar grandes benefícios socioeconômicos para qualquer localidade.

O mercado de lançamentos, em cujo recorte regional deste trabalho busca-se inserir, possui características específicas, por ter uma concentração de demandas governamentais, que responderam em 2017, por 55% (cinquenta cinco por cento) de todas as receitas de lançamentos comerciais. Leloglu e Kocaoglan (2008) reforçam esses dados com o argumento de que a implementação de qualquer dos segmentos da indústria espacial pode ter retorno do investimento, pois fomenta o desenvolvimento local.

Outro ponto de análise é a aplicabilidade que as atividades espaciais adquiriram em diversos setores como defesa, comunicações e meteorologia, assim como para tarefas de observação e posicionamento. Os produtos e serviços espaciais são obtidos através dos dados colhidos e das informações transmitidas pelos satélites aos segmentos de solo. A contribuição das aplicações espaciais para o desenvolvimento social e econômico dos países parece ser um processo contínuo, motivado por atividades rotineiras que envolvem a humanidade e para os quais os produtos espaciais oferecem diversas soluções. Este cenário aponta que o potencial para a expansão dos satélites no século XXI é considerável (ESTERHAZY, 2009). Um fato recente demonstra o significado deste uso satelital e que ultrapassa o limite de interesses iniciais de atuação espacial que era

prioritariamente militar. Em relatório denominado a Economia nos Tempos de Covid-19, divulgados em abril de 2020, o Banco Mundial, diante da dificuldade de obter dados por meios tradicionais de pesquisa, usou como principal indicador o volume de dióxido de nitrogênio medido por meio de imagens de satélite.

O Banco Mundial baseou-se em estudos que analisaram a correlação entre as emissões de NO₂ e a atividade econômica como os de Morris e Zhang, em 2019, que “exploraram essa descoberta para avaliar a confiabilidade das estimativas do PIB da China em diferentes momentos e criaram medidas combinadas de crescimento econômico com base nas emissões de NO₂ e no PIB relatados” (BIRD, 2020, p. 25). Isto demonstra o quanto a atividade satelital pode ser útil.

No Brasil, o Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, estabeleceu que o setor espacial é um dos três setores estratégicos de defesa nacional. No entanto, para a inserção mercadológica do segmento de satélites torna-se necessário mais investimentos para o melhor aproveitamento das oportunidades e definição das aplicações espaciais. Apesar de existir uma crescente demanda dos *stakeholders*, tanto público quanto privado, não existe uma sistematização que possa nortear um planejamento das atividades e que garanta ao mercado ações espaciais com aplicabilidade em diversos setores da economia como: agricultura, energia, telecomunicações, saúde, entre outros. Como afirma Schmidt (2011, p. 19):

é consensual que o aproveitamento das possibilidades do setor espacial pelo Brasil situa-se aquém do desejável e que a redução dessa lacuna requer, que as decisões relacionadas aos rumos do Programa Espacial Brasileiro sejam alinhadas ao projeto de desenvolvimento do país.

Nesse contexto, após a constatação de que o mercado de lançamento de satélites movimenta bilhões anualmente, entende-se um dos motivos da decisão do governo federal brasileiro de implantar, no início da década de 1980, no município de Alcântara - Estado do Maranhão, um centro de alta tecnologia de lançamento de foguetes (ANDRADE *et al*, 2018).

Para que o Centro Espacial de Alcântara seja utilizado por empresas privadas estrangeiras e pelos programas espaciais de outros países, necessita que haja a abertura para o mercado internacional de satélites, realizada principalmente por meio de acordos comerciais e de instrumentos denominados de acordos de salvaguardas tecnológicas (ASTs).

O acordo de salvaguardas tecnológicas (AST) é um instrumento assinado de forma bilateral entre países em que os mesmos criam o

compromisso em proteger as tecnologias das partes. Por esta razão, o Brasil celebrou no início de 2019, o AST com os Estados Unidos. O objetivo principal deste acordo com os Estados Unidos é

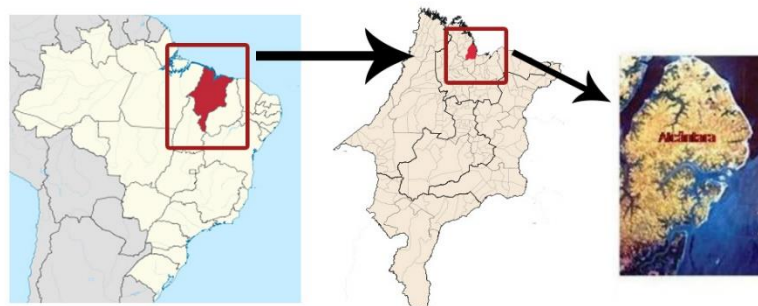
evitar o acesso ou a transferência não autorizados de tecnologias relacionadas com o lançamento, a partir do Centro Espacial de Alcântara, de Veículos de Lançamento dos Estados Unidos da América e de Espaçonaves dos Estados Unidos da América, da República Federativa do Brasil ou Estrangeiras, por meio de Veículos de Lançamento dos Estados Unidos da América ou de Veículos de Lançamento Estrangeiros que incluam ou transportem qualquer equipamento que tenha sido autorizado para exportação pelo Governo dos Estados Unidos da América (MTIC, 2019)

O AST amplia de maneira significativa o mercado, uma vez que 80% (oitenta por cento) dos equipamentos espaciais do mundo possuem algum componente norte-americano (MTIC, 2019). Serejo Lopes (2020, p.1) afirma que “sem o AST, o Brasil estaria impossibilitado de participar destes lançamentos e a exploração comercial do CLA não seria viável”. É uma “condição obrigatória para o uso do Centro Espacial de Alcântara (CEA) como base de lançamento de objetos espaciais de quaisquer países que possuam componentes americanos” (MTIC, 2019).

Segundo a Agência Espacial Brasileira (AEB), o acordo de salvaguardas é “uma iniciativa que atende aos interesses do Programa Espacial Brasileiro e que poderá dar ensejo à geração de recursos, capacitação, progresso e aprofundamento das atividades espaciais” (AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA, 2017b).

Localizada no litoral ocidental maranhense, Alcântara dista trinta quilômetros da capital, São Luís, fazendo parte da região metropolitana. Possui uma área de 1.457,916 quilômetros quadrados com uma população de 21.851 habitantes (IBGE, 2010) e estimada em 2019, em 22.019 habitantes (IBGE, 2020). A Figura 01 mostra a localização de Alcântara no Brasil e no Estado do Maranhão:

Figura 1 – Localização de Alcântara no Brasil e no Estado do Maranhão



Fonte: Adaptação de ilustração de Braga (2011)

A implantação do Centro de Lançamentos da Aeronáutica nessa região, na década de 1980, motivou conflitos e impactou de forma negativa as comunidades tradicionais do município de Alcântara. Segundo Braga (2011, p. 19),

o fato do CLA trazer fragmentos de referência negativa naquela população, especificamente, com relação à expropriação de suas terras e a lembrança do deslocamento compulsório de famílias ocorrido entre 1986 e 1988 nos habilita a sustentar a hipótese de que o CLA, ente do Estado, é o motivo gerador dos conflitos e as políticas públicas ainda carecem de sinergia para se alcançar a minimização dos conflitos.

Após mais de trinta anos, as diversas tratativas de negociação para resolver o conflito existente, apenas geraram mais expectativas na população. Entretanto, segundo Andrade *et al* (2018, p.18): “por possuir diversas vantagens operacionais e econômicas, o CLA tem tido destaque no programa espacial nacional, em especial no que tange a suas possíveis formas de utilização, como o lançamento comercial de satélites”, tendo, portanto, prerrogativas fundamentais para o Brasil e para o mundo como: a localização privilegiada para a colocação de satélites em órbitas, que proporciona uma grande economia do combustível nos lançamentos dos foguetes e o acréscimo na capacidade de satelização. Ressalta-se que a capacidade de satelização dos veículos lançados do CLA podem atingir um patamar entre 13% e 31% (treze e trinta um por cento) superior, se lançado em outros centros de latitudes mais elevadas; existem “fatores como segurança e disponibilidade, que garantem importantes diferenciais competitivos que, bem aproveitados, podem torná-lo um dos melhores centros espaciais do mundo” (FORÇA AÉREA BRASILEIRA, 2017c). Além do diferencial da localização próxima ao Equador, há ainda aspectos positivos como a baixa densidade populacional e o clima local favorável, com regime de chuvas bem definido e pequenas variações de temperatura. (FORÇA AÉREA BRASILEIRA, 2017c)

Contudo, para viabilização do projeto, tornou-se essencial realizar a desterritorialização de pessoas, fundamentalmente comunidades quilombolas e tradicionais. A Fundação Cultural Palmares (FCP), órgão do Poder Executivo vinculado à Secretaria da Cultura, do Ministério do Turismo, é incumbida pela declaração e consequente certificação da condição étnica. Segundo a Superintendência da entidade no Estado do Maranhão, Alcântara possui 158 (cento e cinquenta e oito) comunidades remanescentes de

quilombos certificadas. A Fundação considera comunidades remanescentes de quilombos

os grupos étnicos raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com formas de resistência à opressão histórica sofrida (RAMALHO, 2010).

Segundo Serejo Lopes (2020, p. 2), “entre 1983 e 1987, cerca de 312 famílias de 32 povoados foram transferidas para sete agrovilas construídas pelo governo brasileiro”. Essa transferência gerou controvérsias e rejeição da população local às atividades da base espacial, principalmente, pela forma que ocorreu a mobilidade dos quilombolas, resultando em mudanças drásticas de hábitos, costumes e meios de sobrevivência. Romão *et al* (2011, p. 15) ressaltam este ponto afirmando que:

a desestruturação emanada a partir da desterritorialização e instalação em vilas dos moradores do entorno do Centro de lançamento de Alcântara, além de mudar o uso e a posse do território em questão, também transformou radicalmente a vida dos antigos “donos” do território.

As comunidades quilombolas perderam o acesso ao mar e, como consequência, foram impedidas de pescar e de praticar outras atividades de subsistência. Soma-se a este fato que os acordos estabelecidos entre o governo e as comunidades não foram cumpridos, a titularidade das terras quilombolas não foi transferida e, nas novas agrovilas, não foram implementados os serviços públicos previamente acordados no momento da transferência, tais como postos de saúde, escolas e transporte.

Sabe-se que intervenções como estas, sejam elas privadas ou públicas, há a responsabilidade social, uma vez que a inserção da atividade econômica envolve atores da comunidade impactada. Sendo a Base Espacial de Alcântara uma iniciativa do poder público, a responsabilidade social cresce principalmente na relação às comunidades atingidas por remoção de seus territórios de moradia.

Portanto, mesmo que a atividade de lançamento de satélites movimente vultosos valores, para seu desenvolvimento, a aplicação de recursos tem que estar pautada nesses conceitos de pertencimento da população para que o esforço se reverta na geração de empregos. O Centro Espacial de Alcântara deverá, a partir de um planejamento local, aproveitar esse potencial de inserir o Brasil neste mercado promissor e

de vanguarda, contribuindo para o desenvolvimento de tecnologias espaciais, fortalecimento da economia nacional e regional, bem como resolvendo problemas sociais.

Partindo desse princípio, pretende-se: identificar as principais necessidades e expectativas da comunidade alcantarenses, sua relação atual com a base espacial e como podem participar desse novo momento daquele espaço e, evidenciar o planejamento que os órgãos competentes – em especial a AEB – pretendem implementar visando a maior participação da população alcantarenses e do Estado do Maranhão, nos benefícios que serão proporcionados.

Este trabalho, apesar de ser pautado em pesquisa de campo, desenvolverá uma discussão mais teórica e conceitual referente aos objetivos previstos no primeiro capítulo. Sem querer estabelecer uma linearidade conceitual, a escolha desta sequência representa um recurso metodológico para responder à questão proposta na hipótese.

Para isso, essa dissertação está estruturada em introdução e quatro capítulos, sendo que a introdução do assunto traz a contextualização do tema. Em seguida, o capítulo 2 traz os principais conceitos e o arcabouço teórico que servirão como pilares para o desenvolvimento da pesquisa e experiências de intervenções, tanto públicas como privadas, que mostram exemplos de participação, envolvimento e empoderamento comunitário que possam ser referências para Alcântara, não no sentido de aplicabilidade do segmento econômico das iniciativas, mas de protagonismo da comunidade e de erros que não podem ser cometidos. No capítulo 3, são apresentados os resultados e a análise de dados da pesquisa de campo onde são demonstradas as necessidades e expectativas dos autóctones com o AST e sua relação com o Centro Espacial de Alcântara.

Posteriormente, o capítulo 4 apresenta as perspectivas para o Centro Espacial de Alcântara- CEA após a sua inserção no mercado mundial da indústria satelital proporcionado pelo AST com os Estados Unidos e para que haja a participação comunitária no desenvolvimento local no município de Alcântara. Portanto, o capítulo 4 faz uma análise apoiada na análise documental e de normativas na AEB e no CEA, tendo em seguida as considerações finais.

Espera-se que os resultados apresentados possam contribuir de forma concreta para que sejam implementadas políticas públicas adequadas e que proporcionem à população de entorno do Centro Espacial de Alcântara benefícios socioeconômicos, melhorando a qualidade de vida e o bem-estar social.

2

2

**POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO LOCAL –
REFERENCIAL TEÓRICO E
EXPERIÊNCIAS RELACIONADAS**

2. POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL – REFERENCIAL TEÓRICO E EXPERIÊNCIAS RELACIONADAS

A elaboração e implementação consistente de uma política pública pode desencadear em uma série de resultados favoráveis à sociedade. O grande desafio é atrelar o fator econômico à sustentabilidade, promovendo a participação da comunidade impactada.

Discute-se, neste capítulo, a aplicabilidade de conceitos, abordagens e tipos de políticas públicas, bem como experiências de intervenções em determinadas localidades. Todo esse arcabouço servirá como referência para uma análise qualificada de políticas públicas previstas com o escopo de participação popular no processo de inserção mercadológica da Base Espacial de Alcântara, embasada na pesquisa das necessidades da população local.

2.1 Políticas públicas

As políticas públicas incidem fortemente nas localidades e, por isso, é pesquisada por estudiosos de vários campos do conhecimento.

Mesmo tendo esse caráter multidisciplinar, a maioria das definições de políticas públicas dão ênfase à ação pública, principalmente governamental, e aos seus processos. Assim como conceitua Teixeira (2002, p. 2):

diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

Como o autor deixa evidente em sua definição, é no poder público que se desenvolvem os embates e a busca de convergências de interesses e ideias. Mas, para Souza (2006, p. 7), política pública é um

campo do conhecimento em que o todo é mais importante do que a soma das partes e a define como:

o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).

Analisando as abordagens das conceituações de políticas públicas, observam-se as diferenças sobre a importância dos diversos atores sociais e a forma abrangente do tema como características mais frequentes. Existe uma infinidade de definições e conceitos com diversas abordagens que buscam dar um significado para política pública e que vão desde a formulação até a sua gestão. Observa-se que o termo política pública não contempla apenas uma dimensão da política, mas um conjunto de processos que geram questões complexas. Diante deste contexto complexo, para um melhor entendimento das políticas, Frey (2000) apresentou algumas categorias que dão ênfase em policy cycle (ciclo político). Trata-se do “principal esquema utilizado para analisar políticas públicas e as organiza em fases sucessivas e interdependentes” (SECCHI, 2012). Normalmente o ciclo de políticas públicas (policy cycle) encontra-se dividido em fases: formulação, implementação e avaliação (FREY, 2000). Comum a todas as propostas são as fases da formulação, da implementação e do controle dos impactos das políticas.

Couto (1998) ressalta que a análise cíclica das políticas públicas ocorre devido ao fato de que as redes e as arenas das políticas setoriais podem sofrer modificações, no decorrer dos processos de elaboração e implementação. Considera-se, portanto, importante ter-se em conta o caráter dinâmico ou a complexidade temporal dos processos político-administrativos.

2.1.1 Tipos de políticas públicas

A escolha adequada da aplicabilidade de determinados tipos das políticas públicas pode fortalecer sua formulação e todas as fases posteriores, conduzir as transformações importantes nos arranjos

institucionais, envolvendo novos atores políticos (associações, institutos, sindicatos e outros segmentos representativos da sociedade civil) e reestruturando o processo político. Torna-se importante, em relação a cada tipo de política, analisar qual a mais adequada de acordo com o contexto social, econômico e ambiental.

É imprescindível conhecer os tipos de políticas públicas para que a formulação seja pautada em critérios técnicos de atuação. Existem uma grande diversidade de classificações de tipos de políticas públicas. Teixeira (2002) define essas tipologias de acordo com dois critérios, são eles:

1) **Quanto à natureza ou grau da intervenção:** a) estrutural – buscam interferir em relações estruturais, como: renda, emprego, propriedade etc.; b) conjuntural ou emergencial – objetivam mitigar ou amenizar uma situação urgente ou temporária.

2) **Quanto à abrangência dos possíveis benefícios:** a) universais – para todos os cidadãos; b) segmentais – para um segmento da população, caracterizado por um fator determinado (idade, condição física, gênero etc.); c) fragmentadas – destinadas a grupos sociais dentro de cada segmento.

É importante que essas categorias sejam avaliadas quanto à aplicabilidade no processo de formulação de políticas públicas em Alcântara. Gelinski e Seibel (2008, p.2) afirmam que “as políticas públicas podem ser sociais (saúde, assistência, habitação, educação, emprego, renda ou previdência), macroeconômicas (fiscal, monetária, cambial, industrial) ou outras (científica e tecnológica, cultural, agrícola)” .

Certamente será esta pesquisa que norteará a tipificação e a formulação de políticas públicas adequadas para envolver a população local no desenvolvimento em Alcântara, estado do Maranhão.

2.1.2 Aspectos que podem ser considerados na formulação de políticas públicas: o envolvimento da comunidade local.

Na fase de formulação de uma política pública é imprescindível a análise dos atores sociais, que serão fundamentais para que o

processo decisório ocorra com transparência e com o envolvimento da sociedade civil. Existe uma certa influência dos atores, seus interesses e ideias, no processo de construção dessas alternativas de construção de políticas públicas que possam enfrentar os problemas e mitigar conflitos na localidade. E para entender melhor o papel dos atores na formulação, Capella (2018) afirma:

o campo de estudo de políticas públicas tem privilegiado a análise de subunidades do sistema político, espaços político-administrativos que têm recebido diferenciados tratamentos teóricos ao longo das últimas décadas, sendo de forma geral denominados como subsistemas (policy subsystems).

Nesses subsistemas, as políticas são produzidas em um ambiente composto por diversas instituições e atores que direcionam seus esforços para alguns aspectos específicos de uma política. Esses grupos de atores, segundo Capella (2005), que podem ser: “servidores públicos, grupos de interesse, pesquisadores acadêmicos, membros do legislativo, representantes de governos locais, entre outros, estabelecem redes de relacionamento e utilizam estratégias de persuasão e barganha de forma a privilegiar seus interesses”. Os subsistemas possuem a característica de ter a participação de poucas pessoas focadas em assuntos que normalmente não chamam a atenção do público e que fazem parte da rotina, em relação a uma determinada área de política. Os subsistemas, segundo o autor, é apenas uma das três dimensões do sistema político e onde ocorrem a maioria das políticas, mas, além deles, existem os micro e os macro sistemas. As comunidades são consideradas pelo autor como espaços importantes para a produção de alternativas que podem ser adotadas pelos formuladores de políticas públicas.

No Brasil, com o fim do regime militar e a redemocratização, surgiu uma grande demanda por participação dos cidadãos na vida pública. Segundo Abers e Keck (2008), estudos sobre novos fóruns de participação no Brasil podem ser analisados sob diversos ângulos: “como participação da sociedade civil, democracia participativa, democracia deliberativa incipiente, democratização de processos de tomada de decisão e criação de novas dimensões da cidadania”. A análise e efetivação de participação popular passa pelo envolvimento

de categorias no processo decisório. Percebe-se claramente que a modelagem de participação varia normalmente em três aspectos: a forma como a participação se organiza; como o Estado se relaciona com a participação e a maneira como a legislação exige do governo a implementação ou não da participação.

Segundo Avritzer (2008), as “formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre políticas” atribui-se o termo de instituições participativas. São as instituições participativas, em suas instâncias representativas organizadas formalmente que proporcionam a expressão de demandas, discussão pública e formação de opinião. Segundo o autor, são três as principais surgidas na democracia brasileira: orçamentos participativos, conselhos de políticas e planos diretores municipais. Observa-se nessas instituições participativas uma variedade de modelagens institucionais distintas. No caso dos orçamentos participativos, eles constituem o que Baiocchi (2003) denomina de desenhos participativos de baixo para cima. Já os conselhos de políticas, se constituem em partilha do poder e, mesmo com contestações pela sua constituição estatal, possuem representação mista de membros da sociedade civil e estatais. E, os planos diretores municipais, que, através da obrigatoriedade das audiências públicas, constituem um terceiro tipo, que Avritzer (2008) classifica de desenho institucional de ratificação, uma vez que finalizam um processo já iniciado no âmbito do próprio Estado.

Gelinski e Seibel (2008) chamam a atenção para o fato de que a inclusão da comunidade na política não passa só pela criação de uma nova categoria partícipe do processo decisório das políticas, pois muitas vezes são os conselhos profissionais que são chamados para as participações decisórias, e este modelo acaba segmentando demais a participação popular no processo de formulação de política pública.

Por outro lado, apesar da tentativa constante na participação de segmentos da sociedade civil nos processos decisórios e nas fases do processo de políticas públicas, no Brasil ainda há uma dependência da vontade política e governamental. Isto ocorre pelo fato de questões de ordem orçamentárias e financeiras assumirem papel preponderante na escolha dos procedimentos operacionais de formulação, principalmente de implementação de uma política pública e, até mesmo, decisória na participação popular. Mesmo as comunidades não

sendo influenciadas pelas pressões de opinião pública sobre a ação governamental, vale ressaltar que, desde a formulação até a sua avaliação e correção, uma política pública requer a intervenção do Estado. Nos termos legais, é o poder público que tem a responsabilidade de gerir o território, controlando o uso e, obviamente, planejando todas as ações necessárias para atender às demandas do cidadão. Essa intervenção do Estado pode acontecer em diversos momentos ou em escalas variáveis do processo político administrativo, de solução dos conflitos ou problemas.

Deve-se atentar que o poder público também atua como fomentador da atividade privada. Por ser o Estado um importante agente econômico, deve atuar não só em áreas de ação pública, mas também em áreas estratégicas para a atividade econômica das localidades. O desafio do planejador aumenta pela temporalidade dos mandatos no poder público, uma vez que as exigências e interesses passam a ter prazo curto e os governos desenvolvem ações que contribuirão em mudanças parciais.

Como advertem Santos *et al* (2007, *apud* GELINSKI e SEIBEL, 2008), elaborar uma política pública significa definir quem, para quem, o que, quando e as consequências das decisões. As reações e atendimento às expectativas das comunidades impactadas por uma política pública, são inerentes a maneira como as pessoas são envolvidas no processo e, de acordo com a perspectiva de solução do conflito dela decorrente.

Há uma defesa às políticas públicas que estabeleçam formas de envolver segmentos da sociedade impactada em todas as fases do processo da intervenção.

Restrições ou obstáculos são uma constante para o envolvimento da população no processo decisório de várias atuações ou intervenções na sociedade, tanto pública quanto privada. Esse desenho de estímulo à participação, tem como base as expectativas da sociedade civil em fazer parte do processo e seus anseios de atendimento às suas necessidades.

Estabelecer políticas públicas é um processo dinâmico, cujo principal objetivo deva ser convergir interesses e necessidades dos *policy makers*. Por esta razão, é fundamental que seja buscado um consenso mínimo, diante dos diferentes pontos de vista e realidades de

vida encontrados. Esse panorama demonstra o quanto é complexo, mas já existem fatores que precisam ser claros e transformados em ações concretas para que a elaboração, implementação e avaliação das políticas propostas sejam exitosas, entre eles podem ser citados: sustentabilidade, transparência, participação, qualidade de vida e bem-estar social.

As ações a serem propostas devem ser validadas em busca do consenso mínimo, sempre na tentativa da maior amplitude possível na sociedade impactada pela intervenção, evitando interesses que sejam apenas setoriais. Construir alternativas e, de forma transparente, debater com a sociedade civil, envolvendo os cidadãos desde a formulação, passando pela sua implementação e gestão, torna-se, no contexto atual, imprescindível para o êxito ou eficácia da estratégia.

Como Teixeira (2002) ressalta, para interferir diretamente nesse processo, principalmente no âmbito local, deve-se identificar as possibilidades, as dificuldades e limites para a construção propostas articuladas de políticas de desenvolvimento integrado e sustentável. Por isso, o tema desenvolvimento econômico torna-se importante para embasar este trabalho e para aprofundar conhecimentos na sua aplicabilidade correta em Alcântara.

2.2 Desenvolvimento econômico

Ao longo dos anos, a dicotomia conceitual entre crescimento econômico e o termo desenvolvimento acentuou-se, e as discussões em torno do assunto cresceram vertiginosamente. Shorrocks e Hoeven (2004) afirmam que crescimento, desigualdade e pobreza são inerentes ao conceito de economia do desenvolvimento. Eles entendem que o combate à pobreza e às desigualdades sociais são os objetivos gerais que o planejador deva almejar para que haja o desenvolvimento em uma localidade. O processo de desenvolvimento deve também ter o escopo de promover a atração de investimentos e inclusão tecnológica para aumentar a produtividade.

Arrais (2007) acrescentou-se à noção de desenvolvimento a eficiência do Estado, na busca de qualidade total e da eficácia da gestão. Ou seja, segundo ele, sem uma gestão pública moderna não há

desenvolvimento, pois, o papel do poder público nesse processo é imprescindível.

Diante deste contexto, surge a necessidade de políticas públicas de desenvolvimento, que conciliem oportunidades econômicas, mais apoiadas na melhoria social e no aproveitamento local racional e participativo.

2.2.1 Desenvolvimento local ou regional

Para Martins (2002), o desenvolvimento local, apesar de não ser a única alternativa de enfrentamento ao desemprego, encerra a perspectiva de lutar contra este e outros problemas sociais e econômicos.

Vários países demonstram uma clara preocupação com a geração de emprego e renda no mundo totalmente tecnológico, onde várias profissões estão deixando de existir ou se readequando a este novo modelo da sociedade.

Segundo Martins (2002), o desenvolvimento local nada mais é que o desafio de encarar a solução de atendimento às necessidades básicas e, ao mesmo tempo, atingir níveis elementares de qualidade de vida na comunidade. Para Rozas (1998, p. 95), desenvolvimento local é:

a organização comunitária em torno de um planejamento para o desenvolvimento, por uma perspectiva de construção social, constituindo assim em um instrumento fundamental, de caráter orientador e condutor, de superação da pobreza.

Neste sentido, identificar as fraquezas, qualidade e capacidades, presentes na comunidade a ser impactada, também se torna tão importante quanto promover o crescimento econômico. É na localidade que o foco das energias e das experiências está presente. Como ressalta Gohn (2004), a base local gera capital social quando gera autoconfiança nos autóctones, para que superem seus obstáculos. É lá que estão fixadas as instituições importantes da rotina do cidadão, como as escolas, os postos de saúde etc.

O desenvolvimento local é entendido por Becker e Wittmann (2003) como um processo de transformações econômicas, sociais e políticas, cuja dinâmica é originada de dentro para fora e por iniciativa própria desses sujeitos coletivos regionais, manifestado nas mudanças estruturais ou qualitativas. Ou seja, o desenvolvimento econômico acontecerá a partir de ações que ajudem a comunidade a se tornar autossuficiente.

Silva *et al* (2012) complementam que o desenvolvimento econômico local inclui a cultura da comunidade, tanto institucional quanto no social, e contribui para o desenvolvimento de forma única em cada localidade. Nesta visão, estabelecer uma política de desenvolvimento, sem atentar às peculiaridades de cada região, é incorrer em um erro, pois cada característica pode alterar o resultado da proposta. Portanto pode-se afirmar que o desenvolvimento local não é um conjunto de ações padronizadas, que podem ser aplicadas em qualquer lugar, mas uma estratégia com os princípios sustentáveis e comunitários.

O grande diferencial na promoção do desenvolvimento com base local está em tornar a população impactada, em verdadeiros protagonistas do processo e não apenas beneficiários passivos. A comunidade deve atingir seus objetivos principais – como bem-estar, qualidade de vida, geração de emprego e renda entre outros –, mas no papel de agente condutor do desenvolvimento. No entanto, vale frisar que, para convergir objetivos, o poder local tem que ser organizado em uma estratégia de planejamento e de ação compartilhada, no chamado empreendedorismo comunitário.

O grande desafio é superar as dificuldades das localidades de maneira a garantir o atendimento às necessidades dos indivíduos. Outro aspecto é discutir quais são os determinantes coletivos envolvidos, definindo uma metodologia em que as pessoas participem ativamente, obtendo o sentimento de pertencimento e que não apenas sejam beneficiárias do desenvolvimento.

2.2.2 Desenvolvimento e participação

A melhoria da qualidade de vida dos cidadãos não depende exclusivamente da questão econômica, mas também do acesso a ferramentas que potencializem as suas características pessoais e da coletividade. Martín (2002, p. 172) reforça que “o desenvolvimento local deve ser compreendido como o atendimento das necessidades fundamentais, por meio do protagonismo real e verdadeiro de cada indivíduo”.

Segundo Martins (2002, p. 1), “há uma tendência em que pensar e planejar o desenvolvimento é humanizar o processo, considerando o homem paralelamente como sujeito e beneficiário”.

Entende-se que a participação comunitária, seja na formulação seja na implementação da política de desenvolvimento local, assume um papel de destaque. Oferecer ferramentas e condições para que a população envolvida não seja coadjuvante torna-se o maior desafio para o planejador. No recorte regional deste trabalho ainda existem ausências importantes de necessidades básicas como: saneamento, educação, saúde *etc.* (IBGE, 2020). Por esta razão, a dificuldade para o exercício da cidadania, associativismo e para atingir o sentimento de pertencimento torna-se ainda maior.

Nesse contexto, aproveitando a afirmação de Demo (1988), a participação é, sem dúvida, uma conquista a ser alcançada de forma individual, em uma busca contínua para que a pessoa se torne cada vez mais cidadã. De fato, não será fácil estimular a comunidade alcantareense, ainda mais tendo provas incontestes das ausências de políticas públicas e de envolvimento comunitário nas decisões. Tal situação é comprovada por outro fator histórico, a de quando a Base Espacial foi implantada, na década de 1980, e várias comunidades quilombolas foram transferidas de suas áreas com promessas de benefícios que demoraram três décadas para chegar, ferindo a liberdade individual e coletiva das pessoas.

Sen (2010) propõe que, para que ocorra o desenvolvimento em qualquer localidade, é fundamental a compreensão de que o mesmo aconteça como a expansão das liberdades individuais. O autor afirma que, se as liberdades políticas forem priorizadas, ocorrerão

necessariamente o crescimento econômico. Nessa visão, quem constrói o processo de desenvolvimento são as pessoas.

Por outro lado, resumir a participação comunitária a algumas reuniões ou audiências é minimizar a representação social. É importante visualizar a participação enquanto resultado do processo de construção e não apenas como método de conscientização popular. Trata-se do que Gohn (2004, p. 4) chama de empoderamento social, que é:

a capacidade de gerar processos de desenvolvimento autossustentável, com a mediação de agentes externos, chamado de os novos educadores sociais, atores fundamentais na organização e o desenvolvimento dos projetos.

Martins (2002) afirma que colocar a participação comunitária no processo de desenvolvimento significa que todos os *policy makers* acreditam nas pessoas, possibilitando e condicionando aos cidadãos participação qualitativa e não apenas quantitativa.

Desta forma, Gohn (2004) aponta premissas básicas relativas à participação da sociedade civil, são elas:

a) Participação na esfera pública, via conselhos e outras formas institucionalizadas. Entende-se que a participação não deva ser um enquadramento em uma estrutura prévia.

b) Atentar para as novas redes associativistas que estão contribuindo para o empoderamento dos setores populares da sociedade.

c) Potencializar o terceiro setor de perfil mais corporativo, com o objetivo de acelerar seus resultados.

Já Martins e Caldas (2009) entendem que, para que ocorra o desenvolvimento local, o formulador de políticas públicas deva enfrentar três desafios: observar efetivamente as experiências, entender a localidade como campo de possibilidades econômicas de curto prazo e contextualizar o local com o entorno, no âmbito nacional e internacional.

Malmegrim (2014) segue a linha do conceito de formação de rede de cooperação, como forma de facilitar o estabelecimento de política pública que vise o desenvolvimento local. Segundo a autora, quando membros independentes são movidos coletivamente, em torno da realização de objetivos comuns, na busca do atendimento de demandas e interesses, por meio de um amplo número de parceiros, denomina-se rede de cooperação. O Quadro 1 demonstra as características de diversos atores que podem fazer parte de uma rede de cooperação local.

Quadro 1 - Redes de cooperação – atores e características

Noções Associadas ao conceito de Rede

| I Campo Interpessoal | II Campo Movimentos Sociais | III Campo Estado/ Políticas Públicas | IV Campo Produção/ Circulação |
|--------------------------------------|---|---|--|
| 1 Indivíduos | ONG, organizações populares, grupos, atores políticos, associações profissionais, sindicatos etc. | Agências governamentais, governos locais e outros níveis. | Agências econômicas: produtores, fornecedores, usuários etc. |
| 2 Informalidade | Informalidade/pouca formalidade | Formalidade/informalidade | Formalidade/informalidade |
| 3 Interesses e valores comuns | Interesses e projetos políticos/culturais coletivos | Problemas, ações, projetos concretos e gestão de processos complexos | Interesses e projetos precisos |
| 4 Troca/ajuda mútua | Mobilização de recursos/ intercâmbio | Associação de recursos/intercâmbio | Troca, associação de recursos, intercâmbio, aprendizado |
| Confiança/ cumplicidade | Solidariedade/ cooperação/conflito | Cooperação/ reconhecimento de competências/ respeito mútuo/ conflito | Reciprocidade/ cooperação/ confiança/ competição |
| 5 Interações horizontais | Interações horizontais | Centro animador, operador catalisador; hierarquia/não hierarquia | Empresa focal, liderança/ hierarquia/não hierarquia |
| 6 Mudanças/flutuações | Mudanças/flutuações | Efêmero/grupo definido | Flexibilidade/longo prazo |
| 7 Engajamento voluntário | Engajamento voluntário | Adesão por competência/interesse | Adesão por competência/contingência |

Fonte: Adaptado de Loiola e Moura (1996)

O envolvimento das lideranças da localidade impactada, com o aproveitamento de suas capacidades e das suas potencialidades nas redes de cooperação contribui para maximizar a capacidade de atender às necessidades e aos anseios da população local de acordo com o contexto que a rede de cooperação pública está inserida. Pode-se constatar que as redes públicas de cooperação são uma ferramenta importante para o desenvolvimento local, pois, normalmente, seus

atores conseguem oferecer diversas alternativas de soluções para os problemas locais.

Entende-se que a participação comunitária é adequada em comunidades que anseiam por melhorias sociais e econômicas, entretanto não se deve esquecer que, na formulação de uma política pública, existem instituições que interferem em todo processo decisório que, ao sofrer ou participar de intervenções, alteram radicalmente o cotidiano das pessoas.

Todos os aspectos elencados apontam para um cenário paradoxal em várias localidades, nas quais existem instituições que buscam a participação comunitária em políticas públicas econômicas e outras que objetivam a transformação social por meio do desenvolvimento local. Democratizar a gestão pública, para formular políticas públicas de desenvolvimento local com responsabilidade social e tendo como prioridade atender às necessidades da população é um grande desafio.

2.2.3 Desenvolvimento e responsabilidade social

O conceito de responsabilidade social adquiriu relevância nas últimas décadas. Mesmo sendo amplamente usado no meio empresarial, tem sido utilizado também em iniciativas do poder público como forma de demonstrar responsabilidade perante a sociedade de entorno onde ocorrem as intervenções econômicas que estejam atreladas ao desenvolvimento local. Isto ocorre pela necessidade de interferência dos governos diante das crescentes disparidades e desigualdades sociais que obrigam que se repense o desenvolvimento econômico e social para responder à sociedade nos aspectos sociais, econômicos e ambientais.

Bertoncello e Chang Júnior (2007) conceituam responsabilidade social como:

o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, [...] agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela.

Observa-se nesta definição que qualquer organização tem um compromisso com a sociedade que se envolve com um papel bem definido. O fato de implementar em determinada localidade uma política pública de desenvolvimento, faz o poder público tornar-se envolvido e chamado a contribuir para a solução de outros problemas, tendo a sua iniciativa de intervenção colaborado ou não diretamente para o seu surgimento. A sua legitimidade e credibilidade perante às comunidades depende, em grande parte, da maneira como se relaciona com os atores sociais destas comunidades. Acrescenta-se ainda que o crescimento econômico só será possível se estiver solidificado em estratégias de soluções sociais exequíveis sem individualizar os interesses.

O grau de envolvimento da organização com a sociedade impactada pela política social acontece em três tipos de abordagens, de acordo com Montana & Charnov (1999), são elas: abordagem da obrigação social, abordagem da responsabilidade social e sensibilidade social. Ou seja, nesta visão a empresa ou organização pode se envolver com as comunidades por obrigação, por responsabilidade ou por sensibilidade aos problemas que afligem o seu entorno.

Outra reflexão sobre o tema responsabilidade social é que, quando a organização que investe na localidade se envolve com as comunidades locais de forma a proporcionar benefícios, sentimento de pertencimento e responsabilidade nas decisões, a mesma ocupa posição de destaque na sociedade onde atua, fato que torna decisivo para a sua permanência e sustentabilidade. Segundo Kreitlon (2004), com uma boa imagem a organização, fica sujeita a poucos conflitos, se fortalece e torna-se mais competitiva no mercado.

O presente arcabouço teórico que fundamenta este trabalho será enriquecido a seguir com uma série de iniciativas desenvolvidas em várias regiões do Brasil, bem como uma internacional, que podem servir de referência para a elaboração de propostas e alternativas de políticas públicas. O objetivo é compreender a diversidade de experiências, para identificar questões que possam subsidiar a intervenção dos atores da sociedade civil e dos governos e na formulação de propostas para o desenvolvimento econômico de Alcântara.

2.3 Experiências de desenvolvimento: intervenções que mudaram cenários locais.

O grande desafio de qualquer intervenção pública de caráter local é estabelecer ações que assegurem a melhoria do ambiente social e o desenvolvimento econômico, de forma a transformar a realidade de uma comunidade, envolvendo seus membros de maneira democrática e transparente.

Dessa forma, grandes iniciativas ou empreendimentos que estabeleçam mudanças na sociedade devem ajustar o território a suas necessidades, promovendo a transformação econômica e social. No entanto, segundo Gomez e Souza (2016), deve-se pensar também num espaço a partir da sua funcionalidade e contribuição à sociedade.

Este item do trabalho pretende apresentar iniciativas de intervenções que podem demonstrar como certas capacidades buscam a eficiência do poder público e o aperfeiçoamento de liberdades individuais e coletivas.

Para a escolha destas experiências foi realizada uma pesquisa em artigos científicos, em inserção em redes sociais e *sites* institucionais, buscando as experiências que apontassem melhores resultados econômicos (geração e distribuição de renda e emprego), abrangência regional, capilaridade de atores sociais envolvidos e similaridades com os conflitos que ocorrem em Alcântara.

Além de serem escolhidas experiências de várias regiões do Brasil, procurou-se por iniciativas de zonas rurais e urbanas. Essa preocupação fundamenta-se no fato de o município de Alcântara possuir mais da metade de sua área territorial em espaço rural, sendo 70,7% (setenta virgula sete por cento) - 15.452 pessoas. (IBGE, 2020).

Ao selecionar e analisar as iniciativas, surgem os conceitos de *best practices* e *benchmarking* como propostas que facilitam a exequibilidade através das noções de comparabilidade e replicabilidade, questões fundamentais para abordar o desafio de difundir e fazer acertos visíveis de uns e motivar a inovação em outros, defendido por Poblete (2004).

Na verdade, trata-se de um exercício de análise de boas práticas ou *benchmarking*. De acordo com Francisco (2017, p. 22), *benchmarking* é:

uma ferramenta de gestão para as empresas de qualquer segmento econômico, que busque se posicionar perante o mercado, identificando seus pontos fortes e fracos, a fim de encontrar as oportunidades para se tornar mais competitivas.

A maioria das definições dos autores evidencia que a ferramenta *benchmarking* busca identificar as melhores práticas para replicá-las de forma a torná-las mais competitivas.

Espera-se que as experiências descritas possam embasar a sequência deste trabalho e que representem iniciativas de articulação local empresarial e de envolvimento popular na promoção do desenvolvimento local.

2.3.1 Jazidas e Usinas Hidrelétricas na Amazônia

A experiência da jazida de manganês do município da Serra do Navio, Estado do Amapá foi importante para preencher vazios demográficos na Amazônia. Segundo Sevá Filho *et al* (2011), em 1953, a empresa denominada de Sociedade Indústria e Comércios de Minérios Ltda. - Icomi foi autorizada a explorar a mina de manganês por 50 (cinquenta) anos.

Nas décadas seguintes, a mineração participou da economia nacional como indutora do desenvolvimento, mas essa exploração não teve a devida preocupação do poder público, o que acarretou em conflitos e problemas sociais. No caso específico, a Vila Operária, que foi implantada pela empresa exploradora do manganês, contava com serviços básicos de saúde, educação e energia para atender os trabalhadores. A população não ocupada no empreendimento não tinha acesso a esses serviços (SEVÁ FILHO *et al*, 2011). O fato da ICOMI realizar a implementação de serviços na região gerou dependência do município e, com a sua falência em 1997, deixou o município ainda mais pobre do que quando o encontraram, e a prefeitura enfrentou muitas

dificuldades, inclusive para manter os serviços implementados pela empresa na Vila Operária. Essa experiência demonstra que o processo de estabelecimento das políticas públicas que não promova a participação dos atores locais resulta na concentração de investimentos em determinados pontos do território, maximizando as desigualdades sociais.

Outra experiência da Amazônia foram as construções das hidrelétricas. Desde a década de 1980, sob o pretexto ou não de dar suporte à exploração da mineração, a região norte do Brasil é envolvida na construção de hidrelétricas e todas sempre envoltas a conflitos territoriais. Um exemplo relevante, é o caso da Usina Hidrelétrica Samuel no rio Jamari, no Estado de Rondônia. Com sua construção realizada durante o regime militar, a Usina Samuel foi a primeira grande hidrelétrica instalada em Rondônia. Sua instalação foi feita sem nenhuma consulta popular e promoveu deslocamentos de várias famílias, algumas sem nenhuma indenização. A maioria das negociações com os moradores deslocados foram descumpridas. Segundo Sevá Filho *et al* (2011), antes das transferências, o plantio de qualquer tipo de lavoura foi proibido, o que reduziu a quantidade de benfeitorias identificadas quando a empresa realizou o levantamento para fins de indenização; acessos por estradas novas foram implementados, mas a manutenção não era realizada e as indenizações foram pagas com muita dificuldade. A maneira como ocorreram os deslocamentos transformou a condição de moradia e o modo de sobrevivência dos atingidos. Após quase quarenta anos, os conflitos sociais relacionados à construção da Usina Samuel permanecem e os atingidos reivindicam soluções para os danos ambientais e sociais sofridos. Observa-se situação muito similar em Alcântara, na ocasião da implantação da Base Espacial na década de 1980.

2.3.2 Produção de mel no Piauí

Esta iniciativa trata da produção de mel como atividade econômica em comunidades localizadas do município de Simplício Mendes, no estado do Piauí. Neste exemplo, não há inicialmente influência do poder público, sendo a formatação de todo o processo realizada por comunidades de produtores. Por meio da igreja católica, surgiu a proposta de criar a associação de produtores de mel e a

construção de um entreposto para comercialização do produto. Foram planejadas várias ações como: compra e financiamento de lotes para fixação do produtor na região, estruturação de dezessete comunidades de produtores, construção de açudes e cisternas para solucionar problemas de falta de água e alimentos, produção de roças diversas e criações de animais variados.

Em seguida, inseriu-se a produção do mel como oportunidade de maximizar a renda das comunidades e como complemento alimentar. Inicialmente criou-se a associação dos produtores e a qualificação de pessoal para a produção e escoamento do mel, por meio de uma ampla rede de colaboradores e parceiros. Entre os pontos positivos da iniciativa, está o fato de que a população absorveu o conceito de que seria possível melhorar de vida trabalhando coletivamente e produzindo, mesmo diante de todas as adversidades, especialmente climáticas. Outro ponto de relevância para o resultado exitoso foi que, por não se tratar de uma iniciativa do poder público, não se enquadrava na pressão temporal dos quatro anos de mandato.

Segundo Martins e Caldas (2009, p. 8), os resultados desta experiência são evidentes, como:

melhoria de auto estima e da qualidade de vida das comunidades, aquisição de bens de consumo durável, consciência da necessidade de negociar e se reunir em conjunto e, no que diz respeito ao mercado, inserção do produto em outros países.

No entanto, há a necessidade de formação contínua para a transmissão da prática comunitária às outras gerações, para que todo o trabalho não se desconstrua. Este exemplo piauiense mostra, como afirma Martins e Caldas (2009), que nem sempre a existência de recursos resulta em desenvolvimento local, mas a formulação e implementação de políticas públicas com a participação comunitária pode também criar um capital social.

2.3.3 Instalação da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto

Em 1989, a CBA - Companhia Brasileira de Alumínio solicitou a licença ambiental para a instalação da Hidrelétrica de Tijuco Alto na divisa entre os estados de São Paulo e Paraná. No entanto, apesar da importância energética para o desenvolvimento regional, vários conflitos ambientais e sociais deveriam ser tratados para adequação. Por esta razão, vários atores sociais criaram um movimento de resistência ao empreendimento, denominado de MOAB – Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira. As comunidades criaram uma associação para pressionar o Estado a tomar decisões sem priorizar apenas o interesse econômico. Entre as reivindicações estavam a minimização dos impactos que seriam proporcionados pela instalação da hidrelétrica, como: defesa da mata atlântica, alagamento de terras, possíveis problemas a ictiofauna, deslocamento de famílias, destruição da vegetação e pressão sobre a fauna terrestre.

Destaca-se que existia uma grande multiplicidade de interesses contrários entre os diversos atores sociais da região, pois os possíveis impactos atingiam desde indígenas, pequenos proprietários de terras, quilombolas, ribeirinhos, pesquisadores, ambientalistas e pessoas interessadas pela causa.

Segundo Da Conceição (2010), baseado em dados do Instituto Socioambiental (ISA), a região do Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo, contava em 2010 com aproximadamente 21% dos remanescentes de Mata Atlântica existentes no país, além de 150 mil hectares de restingas e 17 mil hectares de manguezais. Aliado a isso, a região também se destaca pela riqueza arqueológica, por concentrar o maior número de cavernas do Brasil, e de possuir o maior número de sítios tombados do Estado – 158 no total – sendo 75 sítios líticos (de pedra), 82 sítios cerâmicos, 12 sambaquis e 3 cemitérios indígenas.

A UHE de Tijuco Alto é um exemplo de como uma sociedade, ao estabelecer uma forte resistência mesmo com uma composição distinta, entre eles: as comunidades quilombolas, ribeirinhas, de indígenas e de pescadores, podem alcançar seus objetivos quando se unem de forma organizada. Como sempre acontece em investimentos vultuosos, a implantação da Usina Hidrelétrica Tijuco Alto e todos os conflitos decorrentes trouxeram o questionamento se realmente

ocorrerá o desenvolvimento local e se a população do entorno será beneficiada.

2.3.4 Base Espacial de Kourou – Guiana Francesa

Sem correr o risco de menosprezar as outras experiências relatadas, esta talvez seja a de maior visibilidade para este trabalho, pelo fato de se tratar de um empreendimento similar ao proposto para Alcântara. Salienta-se que, com características diferentes de territorialidade e de espaço temporal, a análise na intervenção da base espacial da Guiana Francesa é uma referência para o Brasil, pois ela dividirá o mercado aeroespacial com a base espacial de Alcântara, principalmente devido à localização próxima a linha do Equador, que proporciona vantagem competitiva no segmento.

A implantação do centro espacial da Guiana Francesa ocorreu na década de 1960, quando a Argélia, país africano no qual o governo francês pretendia construir a sua primeira base de lançamento, tornou-se independente da França. Segundo Souza (2010, p. 126), “Kourou era uma pequena vila de 650 (seiscentos e cinquenta) habitantes e tinha sua economia baseada na agricultura, na pesca e na pecuária”. A cidade está localizada a 60 km noroeste de Caiena, Capital da Guiana.

A instalação foi realizada em 1968, de forma conjunta nos municípios de Macouria, Kourou e Sinnamary, quando ocorreram os primeiros lançamentos. Para Giacottino (1984), a Guiana transformou-se em uma área estratégica para a segurança nacional francesa, aproximando o departamento ao sistema econômico francês. Essa vantagem financeira somada à carência de mão de obra local, impulsionaram os primeiros fluxos migratórios para a região, que possuía baixa densidade populacional pela ausência de fluxo econômico forte.

Segundo Arouck (2000, p. 74), “a implantação dessa área de pesquisa e operação foi um referencial importante para o desenvolvimento sócio econômico da Guiana Francesa”, envolvendo a construção de uma cidade do tipo *Company Town* (cidade- empresa) (foto 1), em Kourou, nos arredores do complexo e a implementação de várias medidas de segurança.

Foto 1 - Company town



Fonte: José Alberto Tostes (2013)

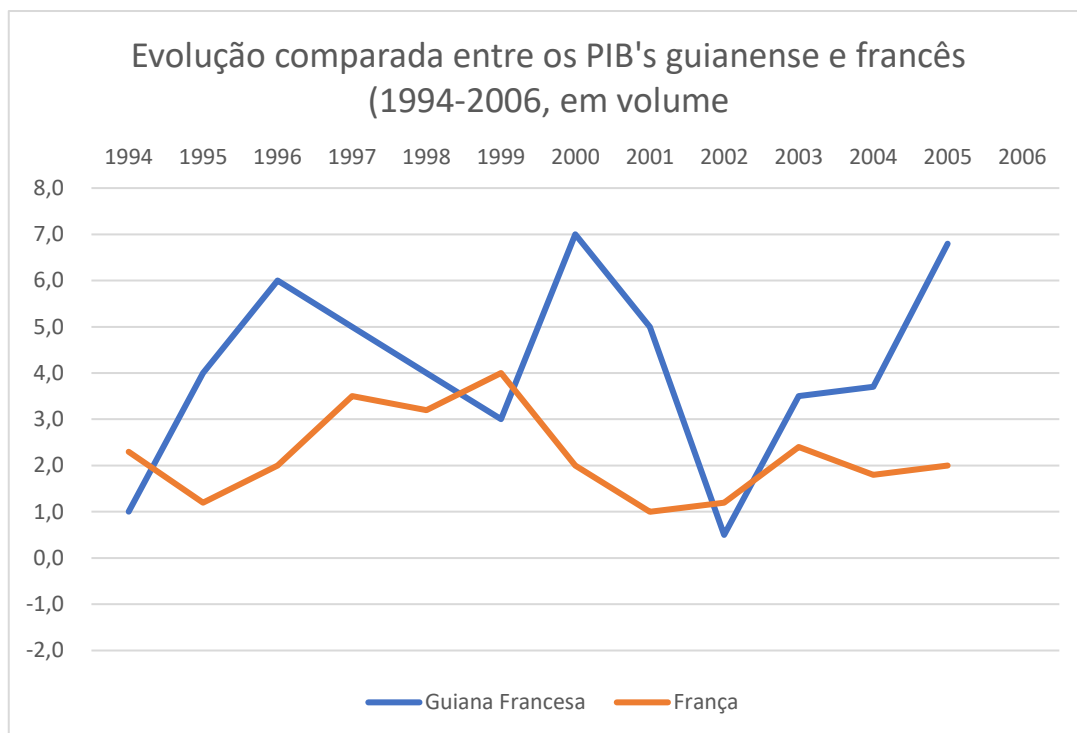
Segundo Silva (2013), em 1975, por meio de um consórcio internacional, a Agência Espacial Europeia começou a usar a base de lançamento em Kourou. Além dos lançamentos realizados pela França, outros países também utilizam o centro espacial para colocar satélites em órbita e lançarem foguetes. Com essa operação da base espacial, a França se insere em um mercado altamente cobiçado. O domínio de tecnologia do uso de satélites dá ao país a oportunidade de controle de serviços essenciais para a defesa, transmissão de dados e meteorologia.

O aspecto positivo da intervenção em Kourou, do ponto de vista de benefícios para a população local foi a grande transformação econômica. De acordo com Duarte (2016), o sucesso do programa de lançamento de satélites Ariane, na década de 1980, foi preponderante para o desenvolvimento da Guiana Francesa, a ponto de, na década seguinte, o departamento francês se mostrar mais próspero. Segundo Silva (2013, p. 109), o programa Ariane é atualmente líder mundial no mercado de satélites comerciais, com uma média de seis lançamentos por ano.

Apesar de oscilações anuais dos números da economia e da dependência do comércio com outros países na aquisição de suprimentos para a atividade espacial, peculiares ao mercado do segmento, o crescimento econômico da Guiana Francesa é evidente e

pode ser atestado no Gráfico 1, que estabelece um perfil temporal destes dados estatísticos numa comparação com os dados da França.

Gráfico 1 – Evolução comparada entre os PIB's guianense e francês (1994-2006, em volume)



Fonte: Adaptado de INSEE (2011)

Para Silva (2013), destaca-se o período entre 1998 e 2000, quando a base espacial teve um aporte de investimentos da ordem de 160 milhões de euros, tendo como consequência uma evolução do PIB do País em 7% (sete por cento).

Para o autor, a influência dos investimentos no setor espacial neste período, demonstra a sua importância para a economia do país. Já de acordo com Nobile (2015), em 2014, a base espacial movimentou 25% (vinte cinco por cento) do PIB da [Guiana Francesa](#), tendo como consequência a oferta de 20% (vinte por cento) dos empregos diretos e indiretos do departamento.

Durante a operação da base, ao longo desses anos, a renda *per capita* do país cresceu exponencialmente. De acordo com dados fornecidos pelo prefeito de Kourou, François Ringuet, a renda *per capita* da Guiana Francesa chegou à média de 16 mil euros por ano. Em

Kourou, esse valor sobe para 20 mil euros (AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA, 2019).

Outro ponto positivo é o desenvolvimento da atividade turística como opção para geração de emprego e renda. Segundo o observatório de turismo da Guiana Francesa, o país recebeu 110.739 turistas em 2017, sendo que 49% (quarenta nove por cento) visitam o centro espacial e 71% (setenta um por cento) dos habitantes do país visitaram a base de lançamentos. Kourou é o segundo destino mais visitado depois da capital Caiena.

O Centro Espacial de Kourou oferece visitas guiadas duas vezes ao dia, de segunda a quinta-feira, no turno matutino. Além do passeio à área de lançamentos, há, também, o museu espacial com loja de presentes e exposições com o histórico da base de lançamento e das atividades espaciais europeias.

Ademais as atividades aeroespaciais e turísticas, o Centro Nacional de Estudos Espaciais (CNES) desenvolve vários projetos visando o desenvolvimento regional, como: a preservação ambiental e a formação de jovens para aumentar a empregabilidade.

Entretanto, apesar de todos os impactos positivos na economia da Guiana Francesa, várias ações e conjunturas sociais restringiram os benefícios a uma parte dos cidadãos, principalmente aos imigrantes, excluindo os originários do território.

Muitos desses conflitos e problemas iniciaram na implantação da base. Nesta época, muitos moradores preocupavam-se com as consequências demográficas, culturais e políticas da instalação de um empreendimento de grande porte. Mesmo assim, a expectativa de desenvolvimento local eficaz mitigou as contestações.

Foto 2 - Centro Espacial de Kohrou



Fonte: José Alberto Tostes (2013)

Grande parte dos conflitos começaram quando o governo francês optou pela metodologia de contratar imigrantes, como forma de suprir a carência de mão de obra local, durante a construção da base espacial. A contratação atraiu muitos imigrantes dos países vizinhos e chegaram a representar, nesse período, 75% (setenta cinco por cento) da mão de obra. Calmont (2007) apud Souza (2010) explana que a seleção da mão de obra estrangeira era realizada por meio de anúncio em jornais.

Uma das iniciativas foi a implantação das *company town* (cidades-empresas), que deu origem a uma divisão do espaço urbano, extremamente marcante, acarretando em diversos enfrentamentos e cruzamento social entre as etnias. Em todo esse processo, principalmente na edificação de verdadeiras cidades planejadas, como os modelos das cidades-empresas, destacam-se a permanência de grupos autóctones e os hábitos e costumes trazidos pelos imigrantes. Souza (2010) ressalta que, desta forma, as identidades foram formadas em alguns grupos étnicos que ainda ocupam essas cidades construídas e os “excluídos”, gerando uma convivência conflituosa.

O sistema de desapropriação de terras, necessário para uso do centro de lançamentos foi baseado em diretrizes distanciadas dos

valores inerentes aos moradores nativos, promovendo um deslocamento territorial e do modo de vida sem benefícios concretos como contrapartida. Jolivet (1990) *apud* Souza (2010, p. 4) afirma que a maneira que todo esse processo aconteceu “demonstrou desprezo com a sociedade local já estabelecida” e provocou reações dos autóctones, que variavam entre o ceticismo, revolta e a esperança pelo que o progresso poderia proporcionar.

A configuração do espaço urbano teve como consequência a marginalização dos antigos moradores em áreas periféricas, e a segregação foi, e ainda é, visível. O efeito negativo é evidenciado em uma breve análise dos modelos criados pelo governo francês nas *company town*.

Com o passar dos anos e, conseqüentemente, crescimento demográfico, novos bairros surgiram, e muitas dessas áreas mantiveram a repartição étnica e alguns começaram a conviver em grupos independente de etnias ou funções exercidas no centro de lançamentos.

Observa-se, baseado em afirmações de Lézy (1989) *apud* Souza (2010), que o território planejado em Kourou promoveu a segregação étnica e econômica e construiu uma cidade repartida pelos espaços privados e interditados a determinados grupos em determinadas horas, gerando um sentimento de hostilidade mútua.

Em 2015, conforme Gráfico 2 adaptado de Duarte (2016), as etnias eram assim divididas na Guiana Francesa:

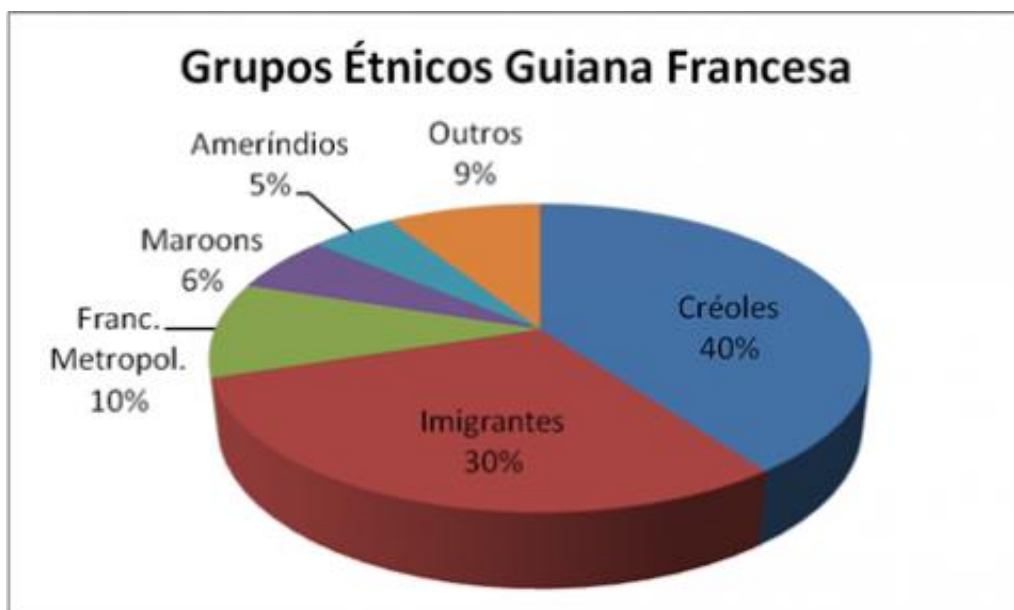


Gráfico 2 - Grupos Étnicos Guiana Francesa

Fonte: Duarte (2016)

Diante de todo esse quadro, pode-se afirmar que, a implantação da Base Espacial de Kourou, apesar de, em linhas gerais, ter proporcionado resultados econômicos que modificaram os números do país, contribuiu também para conflitos étnicos. A maneira hierárquica e estigmatizada como foi planejado o seu desenvolvimento urbano gerou fortes desigualdades sociais e, fora do território do centro de lançamentos, o índice de desemprego chegou ao patamar de 40% (quarenta por cento), e a mão de obra imigrante muitas vezes preferida em detrimento da mão de obra guianense.

Em 2017, aconteceu no bairro de Saramaca, a poucos quilômetros do Centro Espacial, no município de Kourou, um grande exemplo de como o modelo implementado na Guiana Francesa acentuou a desigualdade social. Um grande protesto popular, com duração aproximada de um mês, reivindicava melhorias em segurança, saúde e educação. Um verdadeiro contraste com o que acontece nas cidades-empresas e nas áreas controladas pelo programa espacial francês.

O porta-voz do Centro Nacional de Estudos Espaciais, Youri Antoinette, conforme *post* do *site* do Estado de Minas Internacional (2017), afirmou em resposta aos protestos que “Kourou é um sucesso político, tecnológico e financeiro. É o carro-chefe da tecnologia europeia. Mas quando saímos do Centro Espacial, nos encontramos em um país subdesenvolvido” (KOURU, 2017, on-line). Esta declaração demonstra claramente que até os diretores do Centro Espacial admitem tremenda desigualdade e o quanto a população do entorno está à margem dos resultados econômicos, obtidos por meio da operação aeroespacial na Guiana Francesa.

Kourou possui características de clima, localização, densidade demográfica e população similares à cidade de Alcântara, estado do Maranhão. Este comparativo com esta experiência pode servir de referência para o município maranhense, implementar uma política pública de desenvolvimento local, após a aprovação do AST – Acordo de Salvaguarda Tecnológica, pelo Congresso Nacional.

Considera-se de extrema relevância a análise das experiências relatadas. Todas surgiram de uma necessidade premente em organizar parte da sociedade interessada em atuar em determinado setor, ou na geração de emprego e renda. Buscou-se mostrar iniciativas de setores variados da sociedade e do poder público. Observa-se que, quando os empreendedores adotaram o planejamento e desenvolveram uma rede de cooperação, os resultados foram mais exitosos. Isto demonstra a necessidade de coletar informações regionais com a atuação dos atores locais, capazes de orientar os formuladores de políticas.

A formulação de políticas públicas deve ter como escopo a melhoria dos aspectos sociais e econômicos de uma determinada região. No Brasil, as políticas de desenvolvimento local possuem entre seus méritos o de realizar um diagnóstico da localidade e de seus recursos econômicos, ambientais e sociais, propondo o uso racional e integrado, como o modelo que sugere este trabalho. Vale frisar que o desenvolvimento local deve ser pensado não só em aspectos econômicos, mas como uma proposta capaz de produzir transformação social a partir da base, “de baixo para cima”.

Por fim, as experiências descritas neste texto, mesmo nos casos em que as expectativas dos atores sociais não foram correspondidas, evidenciaram os efeitos diretos e indiretos produzidos nas economias locais. Estas iniciativas, sendo exitosas ou não, são ricas em elementos que podem contribuir as reflexões sobre possibilidades e limites de utilização de práticas de desenvolvimento econômico local e de responsabilidade social.

3

3

**CENTRO ESPACIAL DE ALCÂNTARA
X COMUNIDADE LOCAL:
levantamento das expectativas**

3. CENTRO ESPACIAL DE ALCÂNTARA X COMUNIDADE LOCAL: levantamento das expectativas

3.1. Problema da pesquisa

Para compreender o papel do Centro Espacial de Alcântara na promoção do desenvolvimento local, torna-se necessário o entendimento do relacionamento das comunidades com a Base de Lançamento e como o estabelecimento de políticas públicas podem contribuir para este processo. Dessa forma, o problema de pesquisa foi assim redigido:

- ✓ É possível entender as expectativas das comunidades alcantarenses em relação à Base Espacial de Alcântara, proporcionadas pela assinatura do AST entre Estados Unidos e Brasil, e se as políticas públicas previstas podem dar respostas a estes anseios da população?

3.2. Hipótese de pesquisa

Os anseios e expectativas das comunidades alcantarenses em relação à Base Espacial de Alcântara, proporcionadas pela assinatura do AST entre Estados Unidos e Brasil, deverão estar alinhadas com as políticas públicas previstas para dar respostas à população, proporcionando o desenvolvimento local.

3.3 Objetivos

Para conduzir a pesquisa no sentido de responder ao problema, cabe estabelecer os seguintes objetivos:

3.3.1 Geral

Identificar os anseios e expectativas das comunidades alcantarenses em relação à Base Espacial de Alcântara, proporcionadas pela assinatura do AST entre Estados Unidos e Brasil, e se as políticas públicas previstas podem dar respostas a estes anseios da população.

3.3.2 Específicos

- ✓ Debater os principais conceitos que sejam aplicáveis para o desenvolvimento local de Alcântara e do Centro Espacial;
- ✓ Reunir e descrever experiências que tenham contribuído para melhorias econômicas, por meio do empoderamento comunitário ou intervenção do poder público, e que possam embasar positiva ou negativamente o estabelecimento de políticas públicas em Alcântara;
- ✓ Pesquisar a relação das comunidades do município de Alcântara com o Centro Espacial;
- ✓ Identificar as necessidades das comunidades de entorno do Centro Espacial de Alcântara;
- ✓ Coletar a opinião das comunidades alcantarenses sobre como o estabelecimento de políticas públicas de desenvolvimento local podem gerar benefícios econômicos e sociais;
- ✓ Pesquisar planos, programas e projetos previstos pelos órgãos competentes que tenham o escopo de uso comercial da Base Espacial;

3.4. Procedimento metodológico

A pesquisa teórica foi usada para fundamentar e orientar na elaboração dos questionários. Na fase da pesquisa de campo, a metodologia utilizada foi mista, pois a pesquisa adotou os métodos: qualitativo e quantitativo. Na qualitativa, como foi necessário conhecer a percepção dos entrevistados, seus aspectos de avaliações tiveram cunho subjetivo, quando foi realizada a identificação das necessidades na comunidade. Assim foi uma coleta de dados primários, aplicada através de questionários, com perguntas abertas e fechadas.

Como afirma Gomes (2013, p. 6), “nesta etapa é de suma importância ter feito um questionário bem feito, para um melhor aproveitamento dos dados”, o objetivo do uso do questionário será para assegurar a uniformidade das informações coletadas. Os questionários foram aplicados por três *pesquisadores que foram treinados para uso do da Plataforma Coletum (permite coleta e gestão de dados para equipe de campo através do celular e possui geolocalização, permitindo acompanhar no mapa onde o questionário foi preenchido)*.

Desta forma, por estarem dispersos territorialmente, neste momento de pandemia da Covid-19, e, diante da necessidade de aprofundamento das percepções dos moradores das comunidades de Alcântara, a pesquisa foi realizada em duas etapas distintas; são elas: recrutamento dos participantes - principalmente as lideranças comunitárias da zona urbana e das comunidades das agrovilas de entorno do Centro Espacial de Alcântara, seguido da entrevista em si, baseada no questionário que consta no Apêndice deste trabalho. Para o recrutamento foi usado o método de amostragem do tipo não-probabilístico denominado de snow-ball (bola-de-neve), onde a partir de um primeiro entrevistado, por indicação, seguiu outro, respeitando os critérios de setorização das comunidades. O método foi selecionado diante da dificuldade que as comunidades têm de expressar suas opiniões, no que concerne à Base Especial, e baseado em Vinuto (2014, p. 204), que afirma:

a amostragem em bola de neve também pode ser utilizada quando a pergunta de pesquisa estiver relacionada a questões

problemáticas para os entrevistados, já que os mesmos podem desejar não se vincular a tais questões.

As informações obtidas pela *Plataforma Coletum* foram exportadas para o *SPSS - Statistical Package for Social Sciences* (software aplicativo do tipo científico, de fabricação da I.B.M), que fez a tabulação e onde ocorreu o cruzamento das perguntas com as variáveis e exibidas as informações em tabela. Em seguida, foram exportadas para o excel para a geração dos gráficos.

Antes, porém, foi realizado o pré-teste do questionário com três grupos de pessoas: colegas de trabalho que tem contato com os projetos em Alcântara, profissionais do Centro Espacial de Alcântara e uma pequena amostra dos respondentes similar à do universo pesquisado.

Para a coleta das informações, os instrumentos metodológicos utilizados para darem respaldo à pesquisa quali-quantitativa foram: o diário de campo (DC), a coleta de dados por meio da entrevista semiestruturada (ESE), juntamente a análise dos dados finais. O diário de campo (DC) é utilizado como uma ferramenta que permite sistematizar as experiências em campo para posteriormente analisar os resultados.

De Oliveira (2014, p.1) afirma que:

configura-se como um dispositivo de registro das temporalidades cotidianas vivenciadas na pesquisa, ao potencializar a compreensão dos movimentos da/na pesquisa e das diversas culturas inscritas no cotidiano da comunidade e da escola estudada.

Essa ferramenta consiste no relato escrito daquilo que o pesquisador ouve, vê, experimenta e pensa no decorrer de uma coleta de dados, descrevendo as pessoas, os objetos, lugares, acontecimentos, atividades e conversas, assim como, suas ideias, estratégias, reflexões e indagações.

Outra técnica é a entrevista semiestruturada (ESE), sendo esta utilizada para recolher os dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, enquanto que a pesquisa quali-quantitativa consiste na abordagem de trabalho com dados estatísticos com a intenção de representar em números a realidade social. Segundo Lima *et al* (1999, p. 4), na entrevista semiestruturada:

o informante tem a possibilidade de discorrer sobre suas experiências, a partir do foco principal proposto pelo pesquisador; ao mesmo tempo que permite respostas livres e espontâneas do informante, valoriza a atuação do entrevistador.

Destaca-se que a coleta de dados foi realizada em seis comunidades, sendo usados os instrumentos mencionados, em busca de informações apontadas pelos moradores, de modo que o conteúdo foi inteiramente descrito de acordo com a opinião e as experiências dos indivíduos das agrovilas de entorno da Base Espacial e que compõem as comunidades que foram removidas durante a construção do Centro de Lançamentos em Alcântara; são elas: Só Assim, Espera, Cajueiro, Ponta Seca, Pepital, Marudá e Perú. A pesquisa atingiu o público alvo de 390 (trezentas e noventa) famílias, sendo 240 (duzentas e quarenta) famílias das três maiores comunidades e 90 (noventa) referentes às três menores comunidades.

Ainda foi realizada análise documental como relatórios de gestão e outros da Agência Espacial Brasileira, assim como pesquisas de normativas oficiais, com o escopo de identificar suas principais iniciativas previstas para a região, visando obter os principais planos, programas e ações públicas.

O Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA) foi idealizado na região, após uma criteriosa avaliação dos possíveis locais para a sua construção (FORÇA AÉREA BRASILEIRA, 2017), e sua inauguração ocorreu em dezembro de 1989, quando foram lançados quinze foguetes SBAT-70 e dois foguetes SBAT-152. Vários lançamentos foram realizados, tanto brasileiros quanto em parceria com outros países.

Segundo Andrade *et al* (2018), do ponto de vista mercadológico, as atividades espaciais movimentam bilhões de dólares anualmente e a localização do Centro de Lançamento de Alcântara é atrativo para esse mercado. Dados divulgados no informativo do MCTIC (2019) revelam que o mercado espacial global deverá sair dos atuais US\$ 350 bilhões por ano para atingir US\$ 1 trilhão por ano em 2040. Baseado nesta estimativa, mesmo com uma meta de atingir 1% (um por cento) do mercado mundial, o Brasil pode atingir US\$10 bilhões por ano, principalmente depois da aprovação do AST.

No entanto, desde a implantação do CLA, existe uma rejeição da comunidade causada principalmente pelo remanejamento de pessoas de seu *habitat* natural, sem nenhuma compensação financeira para as comunidades atingidas, na sua maioria quilombolas. Os quilombolas são grupos étnicos, constituídos principalmente pela população negra, que possuem relações com o espaço onde vivem, inerentes a sua história e das suas gerações anteriores de parentesco.

Segundo Lopes (2020), “as famílias remanejadas por muitos anos foram impedidas de fazer modificações em suas casas nas agrovilas”. O AST não afeta as questões fundiárias, mas resgata a discussão que acontece há 30 (trinta) anos e talvez seja o maior desafio para a consolidação do Centro Espacial. Segundo a autor, o AST traz à tona uma ameaça real de novos deslocamentos. Essas insatisfações referentes à forma como foi conduzido o reassentamento é um “ranço” histórico na localidade.

O ministro do MCTIC, Marcos Pontes, em abril de 2019, participou de uma reunião na Câmara de deputados para discutir o AST. Na ocasião, esclareceu:

a aprovação do AST no Congresso Nacional completou a primeira fase do projeto e permitirá o início da segunda fase, a implementação do desenvolvimento regional. Em seguida, será a vez de tratar da terceira fase, que envolve o aspecto comercial dos lançamentos no Centro Espacial de Alcântara (PONTES, 2019).

Diante do exposto, julgou-se de fundamental importância, a partir dos conceitos apresentados neste trabalho, identificar por meio de uma pesquisa como dar-se-á a relação da população alcantareense com a Base Espacial, suas necessidades e anseios e analisar as perspectivas da participação comunitária neste novo cenário de desenvolvimento local.

A pesquisa in loco foi realizada entre 1 e 5 de setembro de 2020. Os roteiros de entrevistas foram elaborados com o intuito de compreender as diferentes visões sobre o papel da Base Espacial no município, com perguntas voltadas para entender como tem ocorrido a relação da população alcantareense com o CEA – Centro Espacial de Alcântara.

Além das entrevistas, posteriormente, foram efetuadas várias ligações telefônicas para as lideranças comunitárias de cada agrovila onde foram aplicados os questionários com o intuito de esclarecer alguns pontos pendentes e também para coletar novos dados que foram utilizados na análise.

Os entrevistados, às vezes, mostraram certa desconfiança ao serem questionados, algo compreensível diante da remoção que aconteceu há trinta anos quando a Base Espacial se instalou em Alcântara e, também, diante da expectativa gerada pelo AST com os Estados Unidos.

A primeira parte do questionário aplicado foi para identificação do entrevistado.

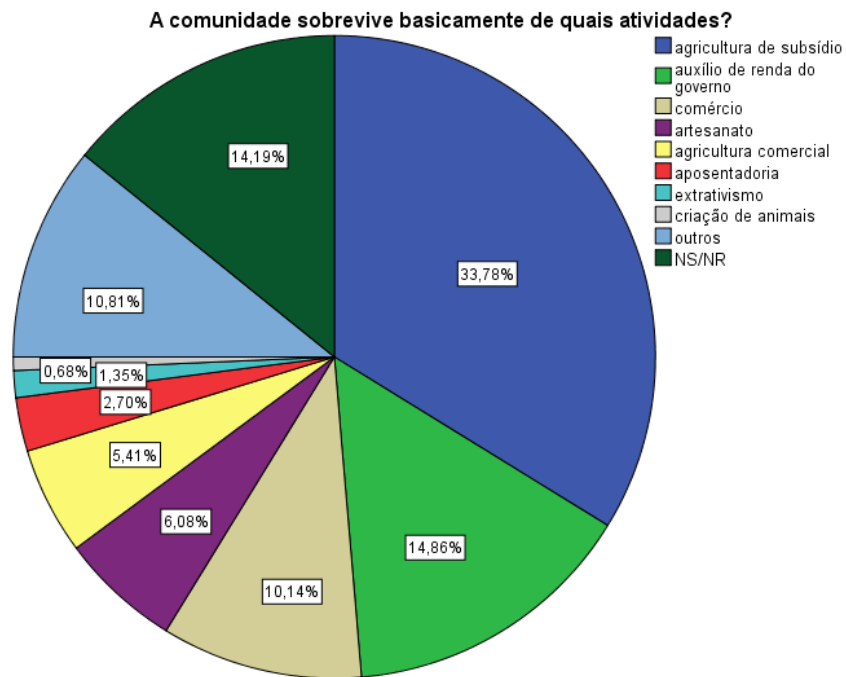
No Quadro 2, verifica-se o resumo dos resultados referente às perguntas que identificam o perfil dos entrevistados e das comunidades que eles estão inseridos.

QUADRO 2 – Resumo dos Resultados do Perfil dos Entrevistados e das Comunidades que eles Estão Inseridos

| Perguntas | Respostas | | | | | | |
|--|----------------------|-----------------------|-------------------|--|--|--|--|
| Perfil dos entrevistados quanto ao gênero | Feminino – 55,78% | Masculino – 43,89% | Outros – 0,33% | | | | |

| | | | | | | | |
|--|-----------------------|-----------------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|-------------------|----------------|
| Faixa etária dos entrevistados | 18 a 29 anos – 29,04% | 30 a 40 anos – 27,06% | 41 a 50 anos – 21,78% | 51 a 70 anos – 19,14% | Mais de 70 anos – 2,97% | | |
| Perfil dos entrevistados quanto a religiosidade | Católica – 60,65% | Evangélica – 33,9% | Outros – 5,45% | | | | |
| Perfil da renda familiar mensal | Até 1 sm – 51,02% | De 1 a 3 sm – 46,26% | Mais de 3 sm – 2,72% | | | | |
| Ocupação principal | Autônomo – 59,08% | Empregado – 12,54% | Outras – 28,38% | | | | |
| Entrevistado da família | Mãe – 43,92% | Pai – 29,73% | Outros – 26,35% | | | | |
| Tamanho da família na mesma residência | 4 pessoas – 23,65% | 2 pessoas – 20,27% | 3 pessoas – 20,27% | 5 pessoas – 17,57% | 1 pessoa – 6,76% | 6 pessoas – 6,76% | 7 a 15 – 4,72% |
| Tipo de comunidade onde mora | Rural – 9,46% | Rural e Quilombola – 39,86% | Urbana – 50,68% | | | | |
| Existência de posto de saúde | Sim – 79,05% | Não – 20,95% | | | | | |
| Existência de escolas | Sim – 21% | Não – 79% | | | | | |
| Conhecimento do sobre o AST com os Estados Unidos | Sim – 57,43% | Não – 33,78% | NS/NR – 8,78% | | | | |

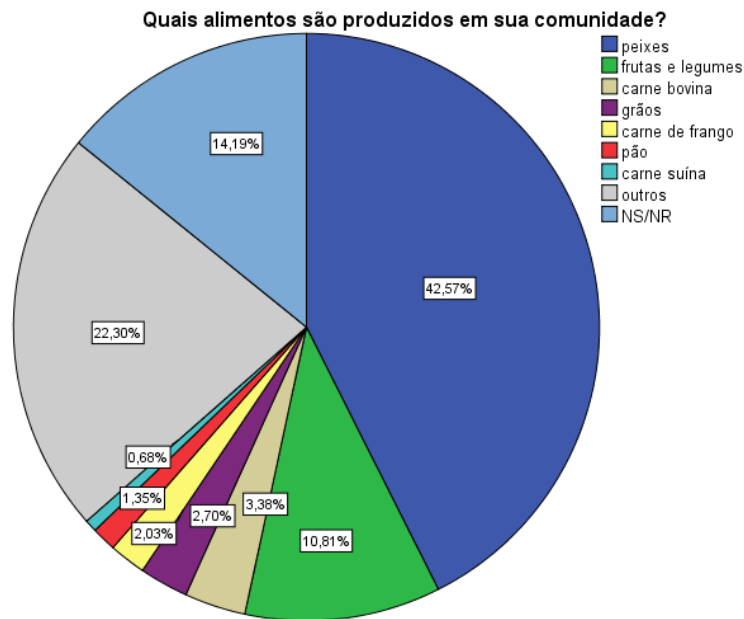
Gráfico 3 - Atividades de subsistência



Fonte: coleta por questionário estruturado.

As comunidades sobrevivem principalmente da agricultura de subsídio (33,78%), auxílio de renda do governo (14,86%) e do comércio (10,14%). Além disso, a produção de artesanato (6,08%), agricultura comercial (5,41%), 2,7 de aposentadorias, extrativismo (1,35%) e outras atividade (10,81%) destacam-se (gráfico 3). Observa-se com este resultado que a população desta região sobrevive basicamente de atividades rudimentares ligadas ainda ao campo e à natureza, e uma grande parcela, de programas de transferência de renda, demonstrando a dependência do poder público de forma direta e indireta.

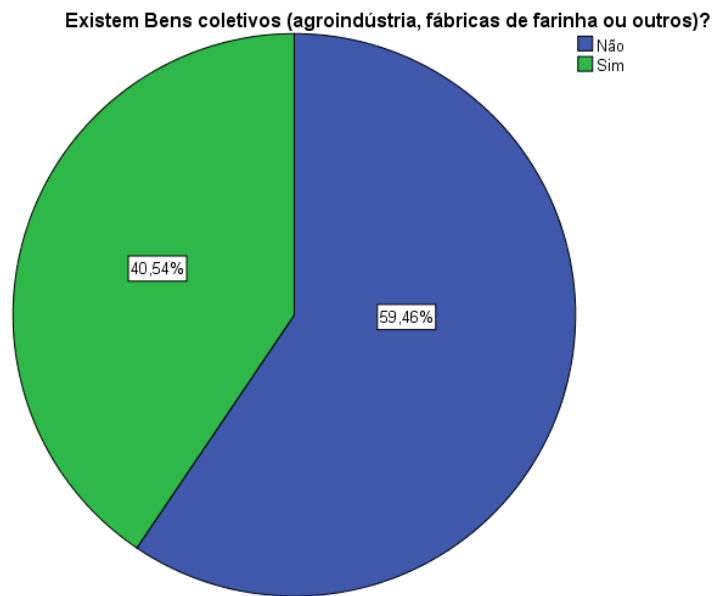
Gráfico 4 – Alimentos produzidos nas localidades



Fonte: Coleta por questionário estruturado

Quanto aos alimentos produzidos pelas comunidades, observa-se a predominância de pescados (42,57%), o que demonstra o quanto a população ainda carece de vínculo direto com o mar, mesmo com a remoção de grande parte delas das áreas de praias para uso como área de segurança da Base Espacial. Em seguida, com 10,81% as frutas e legumes como os alimentos bem produzidos nas localidades, 3,38% de carne bovina, 2,70% de grãos, 2,03% de carne de frango, 1,35% de produção de pães e 0,68% de produção de carne suína. O que chama atenção neste resultado é o percentual de 22,30% de outros alimentos produzidos sem especificação, e 14,19% que não quiseram ou não souberam responder (gráfico 4). Após análise desses dois últimos percentuais, observa-se tratar-se de pessoas aposentadas ou que recebem auxílio do governo e que deixaram, mesmo momentaneamente, de produzir.

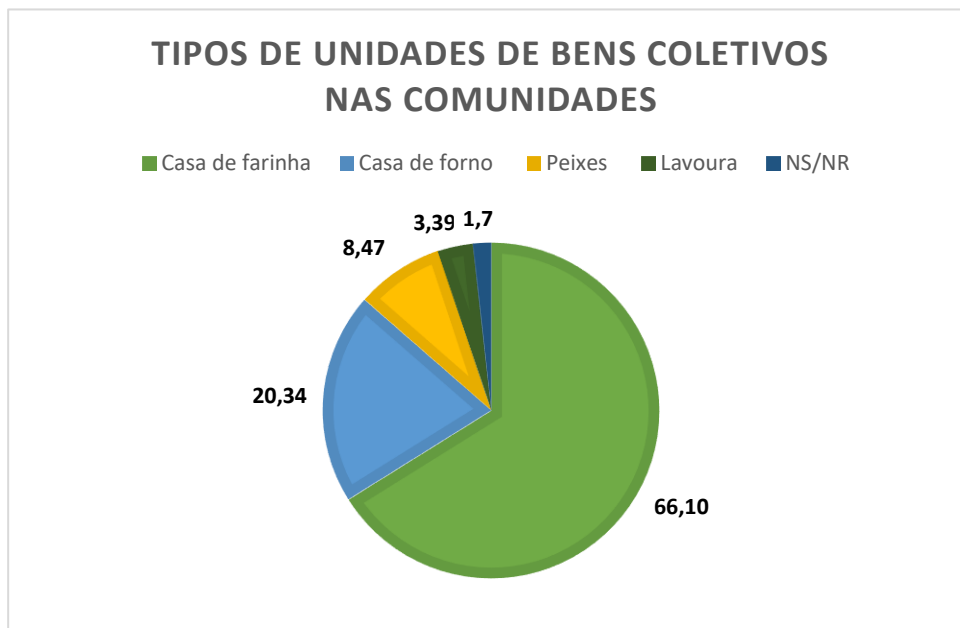
Gráfico 54 – Bens coletivos nas localidades



Fonte: Coleta por questionário estruturado.

Entre as comunidades quilombolas pesquisadas e a sede do município, em 59,46% não possuem nenhum bem coletivo de produção e em 40,54% possui pelo menos um (gráfico 5). Observa-se com esse resultado que ainda há pouca produtividade na região, que carece de uma alternativa de desenvolvimento que agregue na cadeia de produção.

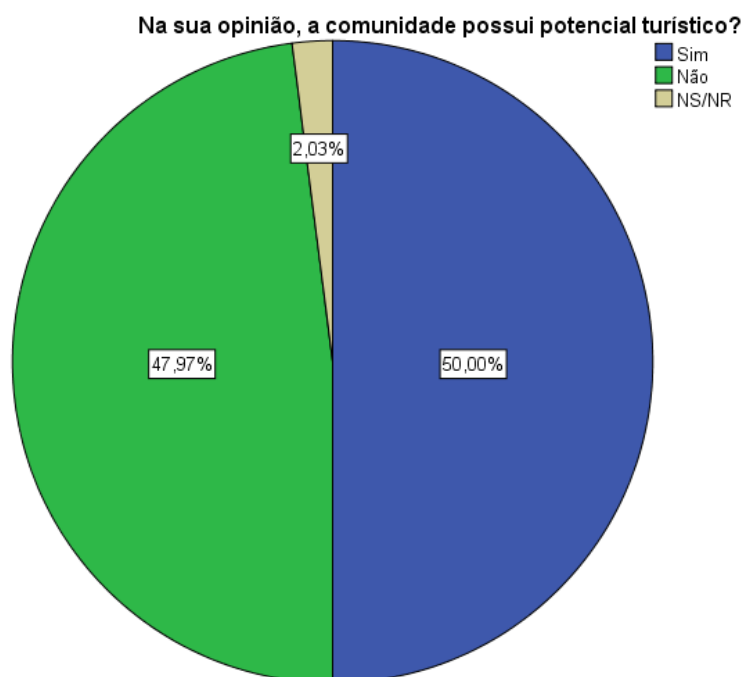
Gráfico 6 – Tipos de unidades de bens coletivos nas comunidades



Fonte: Coleta por questionário estruturado.

Entre os 59,46% que afirmaram possuir algum bem coletivo em sua comunidade, 66,10% possuem casa de farinha, 20,34% casa de forno, 8,47% tratamento de peixes, 3,39% alguma unidade de contribuição a lavoura de frutas e legumes, e 1,7% não souberam responder (gráfico 6). Observa-se que mesmo sendo o pescado o alimento mais produzido nas localidades, o percentual de bem coletivo para tratamento ou filetagem dos peixes ainda é muito pequeno. Outro fato que chama a atenção desses dados é o percentual alto da quantidade de localidades que utilizam -se de casas de farinha para produzir este alimento.

Gráfico 7 – Potencial turístico

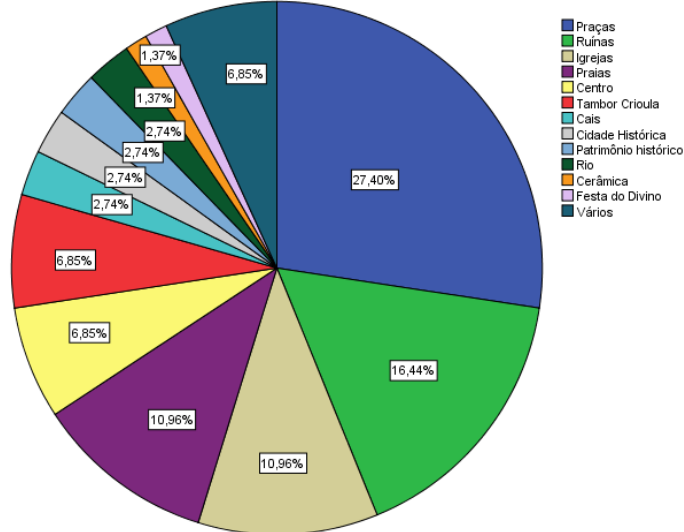


Fonte: Coleta por questionário estruturado.

Entre os entrevistados, 50% acham que a sua comunidade tem potencial turístico, 47,97% não acreditam no potencial turístico, e 2,03% não souberam responder (gráfico 7). Esse resultado demonstra que grande parte dos moradores (47,97%) não percebem o valor que existe nas comunidades para exploração do turismo na região. Mesmo sendo a sede de Alcântara tombada pelo Patrimônio Histórico nacional, as belas praias e ilhas, o valor histórico e cultural das comunidades quilombolas e a própria base espacial tendo valor agregado ao turismo, apenas 50% enxerga como potencial para o aproveitamento econômico da atividade turística.

Gráfico 8 – Atrativos turísticos

Se a resposta for sim, para questão anterior cite quais



Fonte: Coleta por questionário estruturado

Dos 50% entrevistados que atestam que a cidade de Alcântara possui potencial turístico, 27,40% destacam como principal atrativo turístico as praças históricas, 16,44% as ruínas históricas, 10,96% as igrejas históricas, 10,96% as praias, 6,85% o centro histórico e também o mesmo percentual acham que o tambor de crioula é um grande atrativo cultural da cidade (gráfico 8). O gráfico mostra resultados de outros atrativos citados. Em suma, a comunidade percebe que a história e a cultura se constituem atrativos turísticos. Ressalta-se que a Base Espacial não é percebida pela população entrevistada como atrativo turístico.

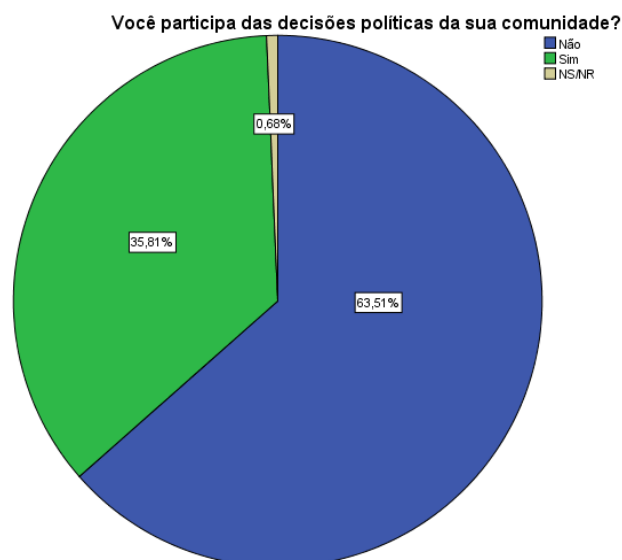
Gráfico 9 - Organizações sociais nas comunidades



Fonte: Coleta por questionário estruturado

Este resultado demonstra que a população está organizada coletivamente, pois 60,81% conhecem associações em sua comunidade, 8,11% cooperativas, 3,38% grupos de jovens e 10,14% identificam outras organizações coletivas em suas comunidades, e 17,57% não sabem ou não responderam (gráfico 9). O fato de as comunidades buscarem o associativismo como forma de participar das políticas públicas de desenvolvimento torna-se um fator positivo para a busca de uma relação mais próxima com a Base Espacial.

Gráfico 10 - Participação nas decisões políticas

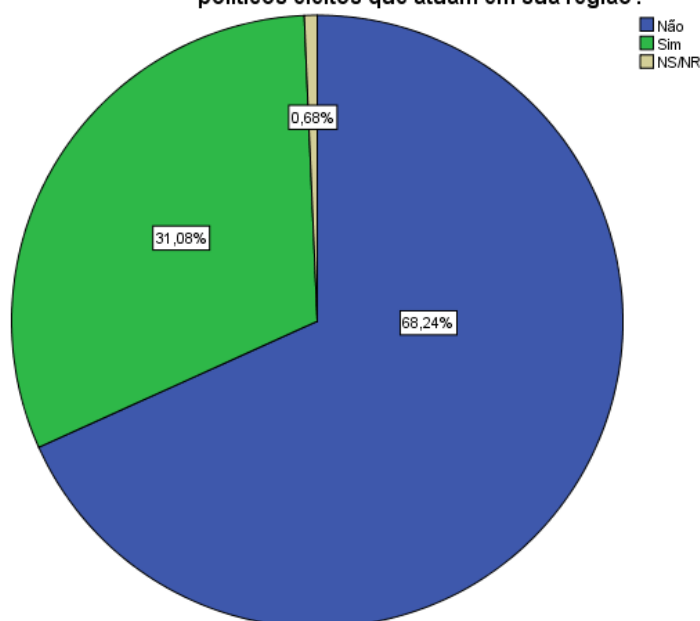


Fonte: Coleta por questionário estruturado.

Outro ponto importante é o fato de 63,51% dos entrevistados não participarem das decisões políticas das suas comunidades, e apenas 35,81% participarem (gráfico 10). Este resultado demonstra a falta de envolvimento da comunidade em decisões importantes para a melhoria da qualidade de vida, mesmo que a sociedade civil esteja organizada coletivamente, pois 83,44% dela participa de alguma entidade representativa. 0,68% dos entrevistados não souberam ou não responderam à pergunta.

Gráfico 11 – Relacionamento com representantes políticos

Existe contato seu ou de algum membro da sua família com os representantes políticos eleitos que atuam em sua região?



Fonte: Coleta por questionário estruturado.

Mesmo participando de organizações coletivas, pois 83,44% dos entrevistados são membros de entidades como associações, cooperativas etc, apenas 31,08% afirmaram terem contato direto com representantes políticos eleitos na região. 68,24% dos entrevistados não possuem nenhum contato com representantes políticos eleitos, o que dificulta o acesso das comunidades às melhorias. 0,68% não souberam responder (gráfico 11). Este resultado comprova como a população alcantareense é colocada à margem do processo de desenvolvimento da cidade e aponta o risco eminente de que isso continue acontecendo

após o AST e todos os desdobramentos que ele proporcionará à Base Espacial e ao município. Além disso, responde diretamente aos objetivos elencados nesta pesquisa de identificar a participação dos atores locais nas políticas públicas de desenvolvimento local.

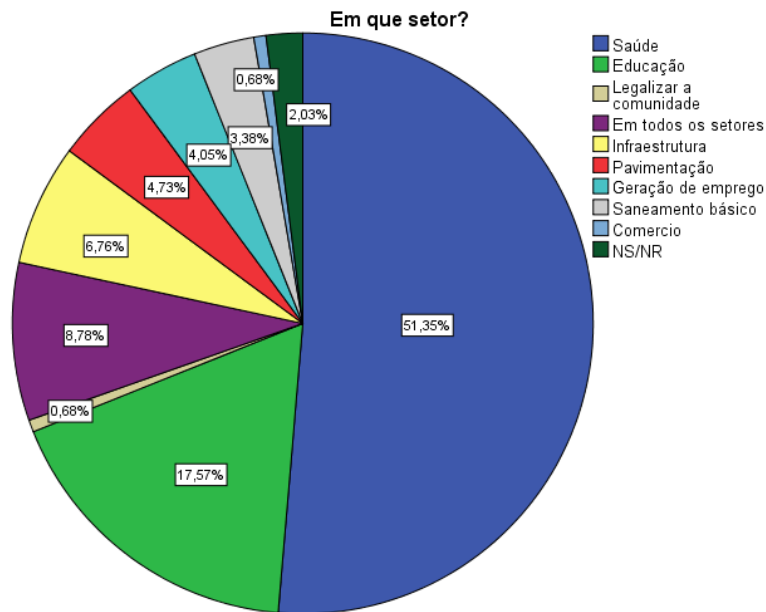
Gráfico 12 - Necessidade de melhorias comunitárias



Fonte: Coleta por questionário estruturado.

96,62% dos entrevistados acham que sua comunidade necessita de melhorias, e apenas 2,70% das pessoas estão satisfeitas com a estrutura de suas comunidades. 0,68% não sabem ou não responderam (gráfico 12). Observa-se com este resultado que a comunidade enxerga que há um grande abismo entre as políticas públicas e as suas necessidades e ressalta a importância de possuir relação direta com a Base Espacial, principalmente após o AST, e com seus representantes políticos eleitos, que se mantêm distantes no que diz respeito à oferta de resultados concretos à população alcantarense e, até mesmo, de contato, conforme demonstrado no resultado apontado pelo gráfico 22, onde 68,24% dos entrevistados não possuem nenhum contato com representantes políticos eleitos.

Gráfico 13 - Tipos de melhorias necessárias nas comunidades

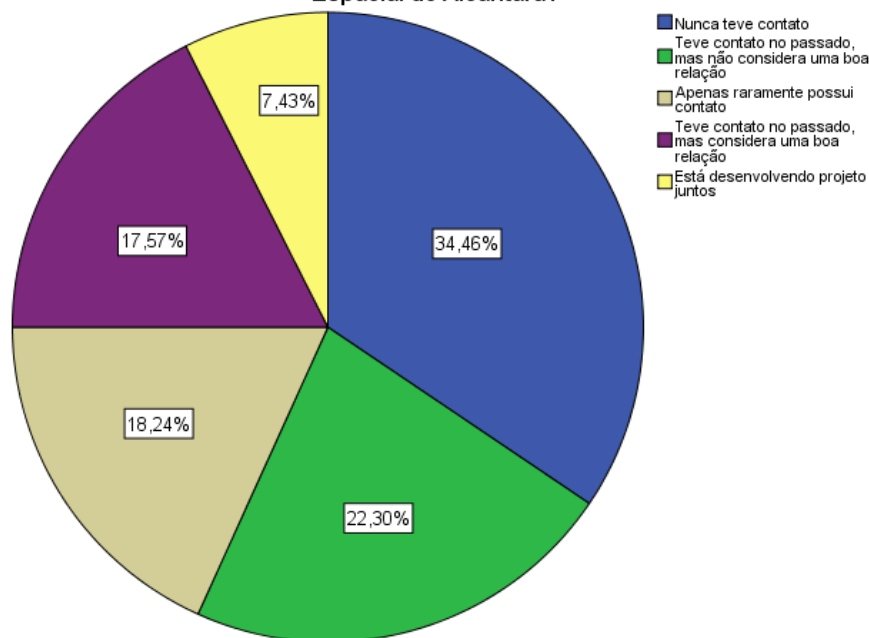


Fonte: Coleta por questionário estruturado.

Dos entrevistados, 51,35% consideram que as comunidades necessitam de melhorias na área da saúde, 17,57% consideram que são necessários investimentos na educação, 0,68% consideram a melhoria fundamental legalizar a comunidade, 8,78% consideram que as comunidades necessitam de melhorias em diversos setores, e os demais acham necessárias melhorias em infraestrutura (6,76%), pavimentação (4,73%), geração de emprego (4,05%), saneamento básico (3,38%) e comércio (0,68%). 2,03% não souberam responder (gráfico 13). Observa-se com estes dados que a população carece de melhorias. Com a assinatura do AST com os Estados Unidos, a Base Espacial poderá contribuir mais ainda, mas vale alertar para o cuidado para não segregar e criar núcleos com a estrutura e excluir outras comunidades, como pode-se observar que ocorreu na Base Espacial de Kourou na Guiana Francesa, conforme descrição da experiência no capítulo anterior deste trabalho.

Gráfico 14 – Relacionamento com a Base Espacial

Como é o seu relacionamento, da sua comunidade ou da sua família com a Base Espacial de Alcântara?



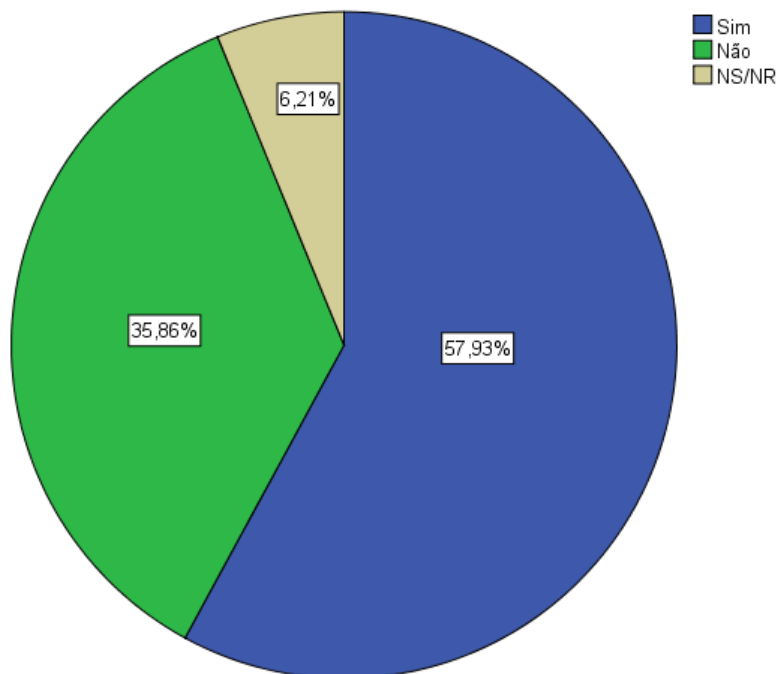
Fonte: Coleta por questionário estruturado

A relação das comunidades entrevistadas com a Base Espacial, de acordo com as respostas, não pode ser considerada como boa. O maior percentual dos entrevistados, 34,46%, nunca teve contato com a Base Espacial (gráfico 25), mesmo ela ocupando quase 50% da área do município o que mostra o distanciamento da instituição com a comunidade de entorno e a necessidade de um trabalho mais intenso de responsabilidade social. Mesmo a soma dos outros percentuais apontando que a maioria, 66,44 %, já teve contato com o centro espacial de Alcântara, vale observar que 22,30% dos entrevistados já tiveram algum contato, mas não acharam proveitoso; 18,24% tiveram contatos esporádicos e superficiais; por outro lado, 17,57% já tiveram contato e consideram que foi proveitoso, e apenas 7,43% desenvolvem projetos com a Base Espacial em Alcântara. Gohn (2004) afirma que a base local gera capital social quando gera autoconfiança nos autóctones, para que superem seus obstáculos. Como a relação das comunidades alcantarenses com a Base Espacial é distante, conforme os dados apontados neste gráfico, dificilmente o desenvolvimento econômico acontecerá a partir de ações que ajudem a comunidade a se tornar

autossuficiente. Além disso, o gráfico 22 aponta a dificuldade que o cidadão de Alcântara tem de contato com seus representantes políticos quando 68,24% dos entrevistados, afirmam não possuir nenhum contato com políticos eleitos. Espera-se que com o AST com os Estados Unidos, a Base Espacial de Alcântara busque a aproximação com a comunidade como forma de envolver a população com os benefícios sócio econômicos que poderão ser gerados na cidade e facilitando o acesso às melhorias.

Gráfico 15– Contribuição da base espacial em melhorias nas comunidades

Se já teve contato, através dele, houve alguma melhoria na sua comunidade?

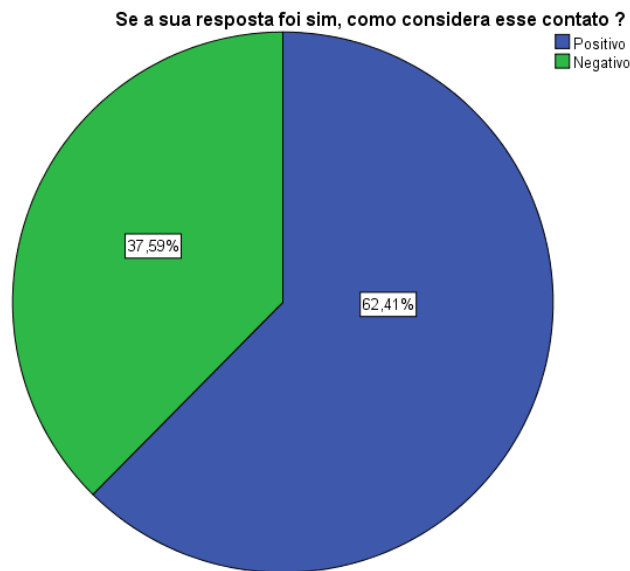


Fonte: Coleta por questionário estruturado

Dos 66,44% dos entrevistados que já tiveram algum contato com a Base Espacial de Alcântara, 57,93% reconhecem que a relação das comunidades mesmo sendo distante trouxe alguma melhoria para a região. Por outro lado, 35,86% não consideram que trouxe melhorias para a localidade, e apenas 6,21% não souberam responder (gráfico 26). Este resultado demonstra a importância da Base Espacial para o desenvolvimento econômico da região e que, mesmo com a rejeição das comunidades por conta da falta de titularidade das terras, a

população reconhece que o centro de Alcântara trouxe melhorias para as localidades após a sua implementação.

Gráfico 5 – Avaliação do contato da base espacial com a comunidade

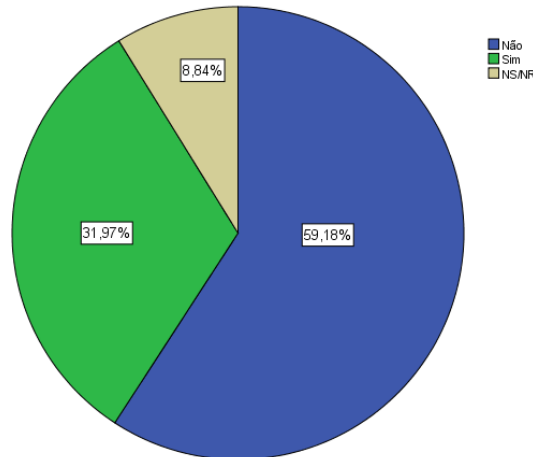


Fonte: Coleta por questionário estruturado

Dentre os 66,44% entrevistados que já tiveram algum contato com a Base Espacial de Alcântara, 62,41% avaliaram como positivo, e 37,59%, como negativo (gráfico 27). A percepção é que, mesmo tendo um relacionamento distante com as comunidades de entorno, a gestão da Base Espacial consegue gerar a expectativa de melhorias e, aqueles que mantêm contato por meio de projetos ou desenvolvendo alguma atividade esporádica têm a sensação de que o centro espacial é um bom parceiro da população alcantarense.

Gráfico 17 - Participação da comunidade em projetos da base espacial

Você, sua comunidade ou algum membro da sua família foi convidado a participar de reuniões com o governo sobre a construção da Base, que visam implementar projetos aqui na região?

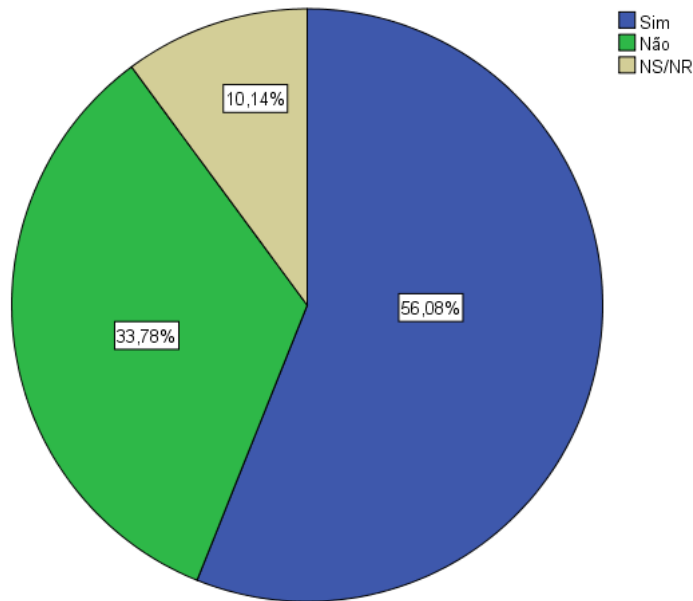


Fonte: Coleta por questionário estruturado

Mais uma pergunta da entrevista comprova que o contato da Base Espacial com as comunidades de Alcântara é insuficiente, pois 59,18% dos entrevistados não foi consultado ou convidado a contribuir na construção ou ampliação da atuação da Base Espacial de Alcântara. Apenas 31,97% teve participação, e 8,84% não souberam responder se algum membro da família participou (gráfico 28). Interessante analisar que, se 62,41% dos entrevistados que tiveram contato com o centro espacial consideram-no positivo, mas a maioria não foi consultada para participar de projetos, o que significa dizer que as comunidades carecem desse contato, pois 57,93% consideram que podem trazer mais melhorias para a população local.

Gráfico 18 – Contribuição da Base Espacial para o desenvolvimento da cidade

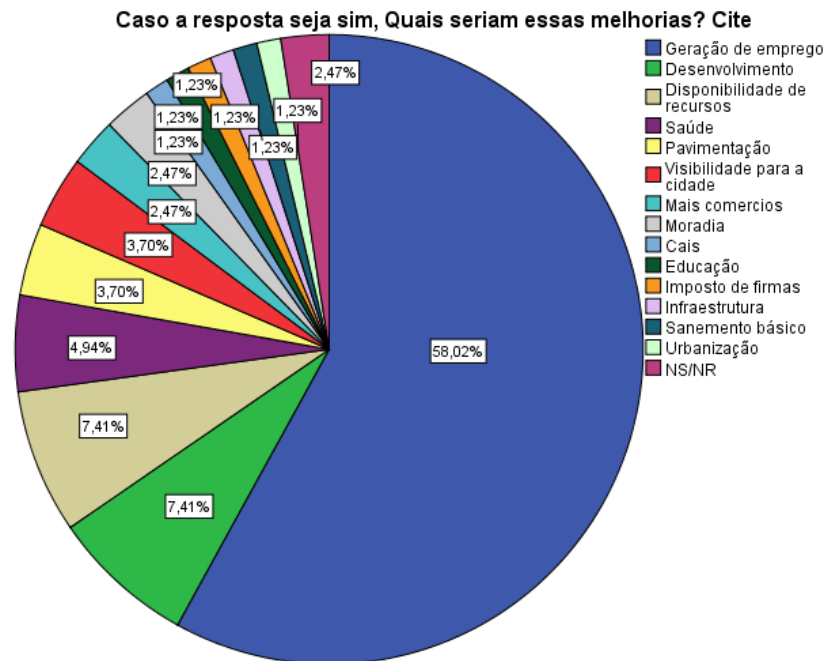
Você acha que a Base contribui o desenvolvimento da sua comunidade e da cidade de Alcântara?



Fonte: Coleta por questionário estruturado

Mesmo se mantendo distante de contato com as comunidades de entorno – pois 34,46% dos entrevistados afirmaram nunca ter tido contato com a Base Espacial, e 59,18% afirmaram não terem sido consultados ou convidados a contribuir na construção ou ampliação da atuação da Base Espacial de Alcântara –, 56,08% acham que a Base Espacial contribui para o desenvolvimento do município. 33,78% não concordam que haja contribuição da Base para o desenvolvimento, e 10,14% não souberam responder (gráfico 29).

Gráfico 19 – Tipos de contribuições da Base Espacial para o desenvolvimento da cidade

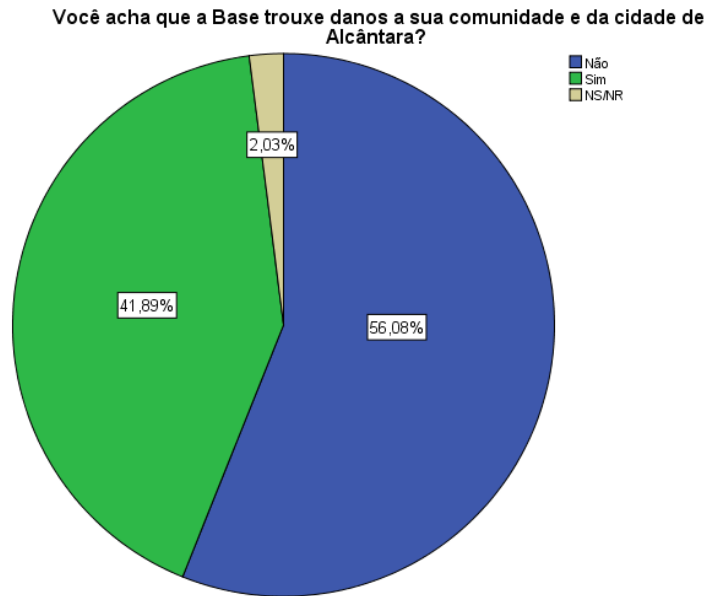


Fonte: Coleta por questionário estruturado

Dos 56,08% que acham que a Base Espacial contribui para o desenvolvimento do município, 58,02% acham que a principal colaboração da Base é a geração de emprego, seguido por 7,41% que acham que a Base proporciona desenvolvimento para a região, e 7,41% que acham que disponibilizam recursos para as comunidades. 4,94% acham que a Base contribui com prestação de serviços de saúde; 3,7%, com a pavimentação de estradas; 3,7% acham que a Base contribui para dar visibilidade para a cidade; 2,47%, para o aumento do comércio; 2,47% acha que a Base ajudou a melhorar as moradias da região, e 1,23% foi o percentual de respostas de pessoas que acham que melhorou o cais da cidade, educação, impostos de empresas e que melhora a infraestrutura da cidade, o saneamento básico e a urbanização. Além dessas respostas que tiveram como resultado o mesmo percentual, 2,47% não souberam responder (gráfico 19).

Observa-se claramente, a partir desta resposta, que as comunidades alcantarenses acreditam que o estabelecimento de políticas públicas de desenvolvimento local pode gerar benefícios econômicos e sociais diretos com a Base Espacial, e este gráfico atinge diretamente um dos objetivos desta pesquisa.

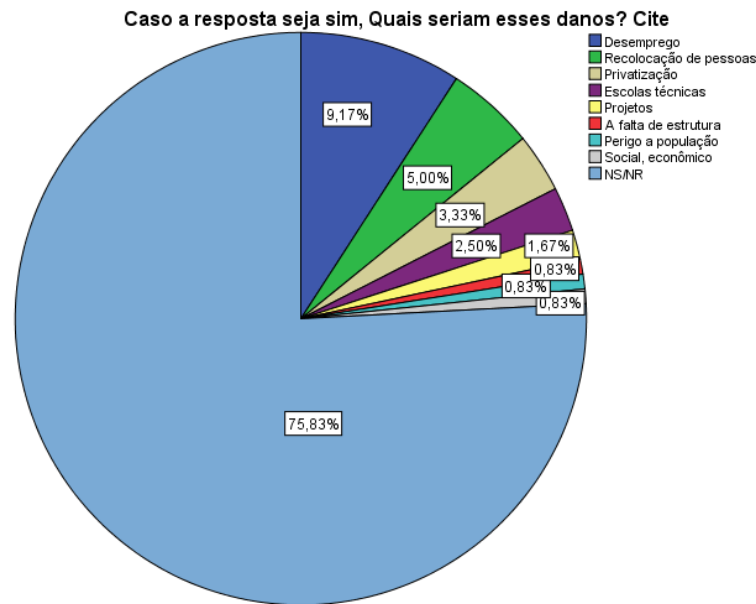
Gráfico 20 – Avaliação de impactos negativos da Base Espacial



Fonte: Coleta por questionário estruturado

Quando perguntados se a Base Espacial trouxe impactos negativos para a cidade de Alcântara e seu entorno, 56,08% disseram que não acham isso, e 41,89% acham que a implantação do centro espacial trouxe danos na localidade. Apenas 2,03% não souberam responder (gráfico 20). Percebe-se claramente uma divisão na população a respeito do assunto, fato demonstrado neste resultado equilibrado.

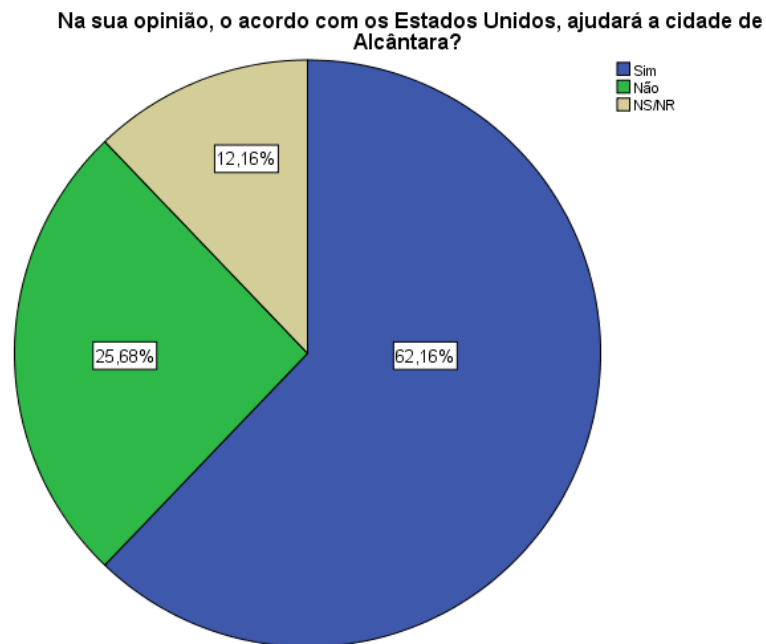
Gráfico 21 – Tipos de impactos negativos da Base Espacial



Fonte: Coleta por questionário estruturado

Dos 41,89% que acham que a implantação do centro espacial trouxe danos na localidade, 75,83% não souberam responder quais seriam esses prejuízos à localidade, 9,17% afirmam que a Base Espacial provoca desemprego, 5% afirmam que, entre os maiores impactos, está a realocação das habitações quando o centro espacial foi construído, 3,33% afirmam que a privatização dos serviços na Base prejudica os fornecedores locais, 2,5% afirmam que não investiram em escolas técnicas para aproveitamento da mão de obra local, 1,67% acham que não existem projetos que envolva a comunidade, 0,83% foi o percentual de entrevistados que afirmou que falta estrutura de apoio às comunidades, assim como 0,83% que acham que a atividade oferece riscos de segurança à população e 0,83% que acham que o prejuízo é tanto social quanto econômico (gráfico 32). Observa-se que, mesmo os entrevistados considerando proveitosa a relação com a Base Espacial, conforme resultado do gráfico 27, em que 62,41% avaliaram como positivo o contato, elencam inúmeros conflitos, quando citam os impactos negativos, o que mostra claramente a dúvida que as comunidades alcantarenses possuem quanto da importância deste empreendimento na localidade.

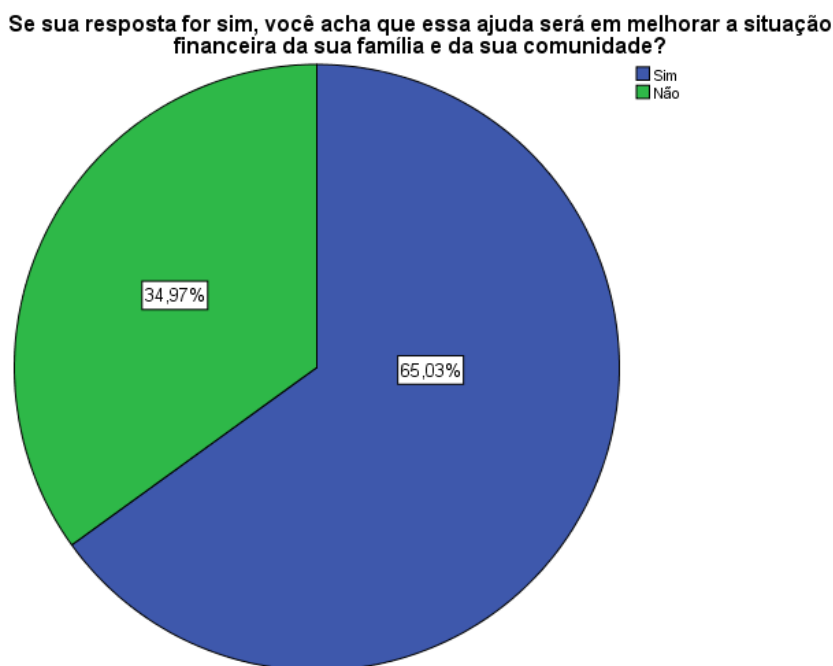
Gráfico 22 - Avaliação sobre o acordo com os Estados Unidos



Fonte: Coleta por questionário estruturado

Sobre o AST (Acordo de Salvaguardas Tecnológica) celebrado com os Estados Unidos, 62,16% dos entrevistados acham que o acordo ajudará a cidade de Alcântara, 25,68% acham que não ajudará a localidade, e apenas 12,16% não souberam responder (gráfico 22). Percebe-se que há expectativa por resultados favoráveis que o AST, com os Estados Unidos, poderá proporcionar à Base Espacial e ao município de Alcântara. Este resultado ressalta o que revela o gráfico 13, que aponta 57,43% dos entrevistados com conhecimento do acordo de salvaguardas com os Estados Unidos e demonstra que a amostragem da população entrevistada tem consciência da importância do AST para o desenvolvimento local por meio de políticas públicas que possam gerar emprego e renda à população. Os números desse gráfico ajudam a atingir o objetivo geral desta pesquisa.

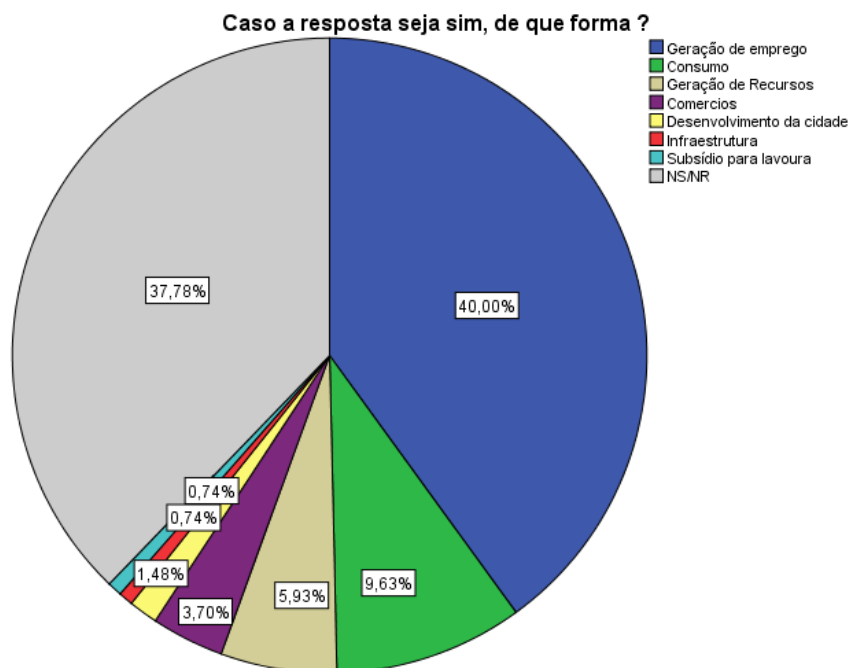
Gráfico 23 – Melhoria da situação financeira após o acordo com os Estados Unidos



Fonte: Coleta por questionário estruturado

Dos 62,16% entrevistados que acham que o acordo ajudará a cidade de Alcântara, 65,03% acreditam que impactará financeiramente a sua família e a comunidade de entorno da Base Espacial, e apenas 34,97% não acreditam que isto acontecerá (gráfico 23). Observa-se claramente que o AST com os Estados Unidos está gerando expectativas positivas na comunidade de entorno. Esta é uma resposta ao objetivo geral desta pesquisa demonstrando que a comunidade entende o AST como uma grande oportunidade para que as políticas públicas de desenvolvimento local integrem a população e gere efeitos diretos a economia, proporcionando melhoria em sua qualidade de vida. Vale lembrar para que não deixem ocorrer em Alcântara o caso da Base Espacial de Kourou, Guiana Francesa, que, do ponto de vista de benefícios para a população local, fez uma grande transformação econômica, mas promoveu a segregação social e étnica nas cidades de entorno.

Gráfico 24 – Formas de melhorias após o acordo com os Estados Unidos



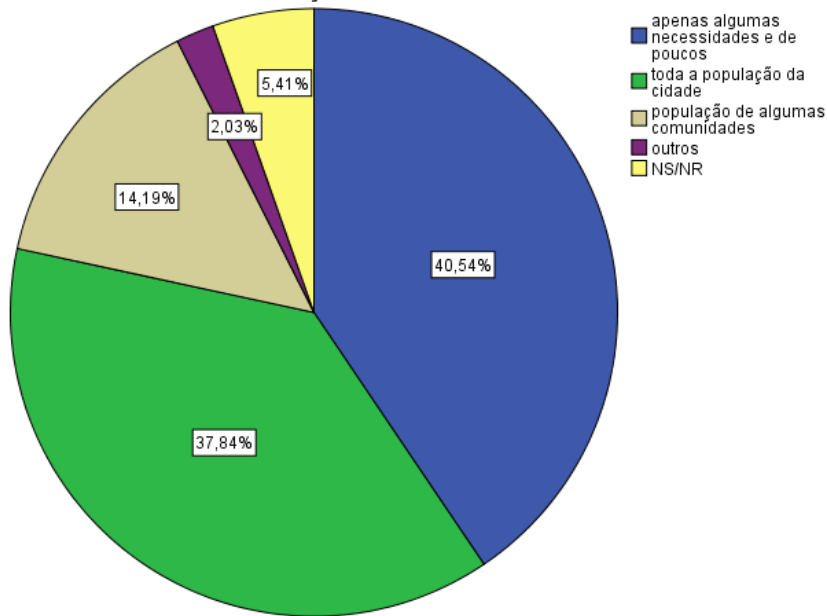
Fonte: Coleta por questionário estruturado

Entre os que acreditam que o AST, com os Estados Unidos, impactará financeiramente a sua família e a comunidade de entorno da Base Espacial, 40% acreditam que isso acontecerá porque haverá geração de emprego; 37,78% não sabem como irá melhorar as finanças das comunidades apesar de acreditar nisso; 9,63% acreditam que melhorará porque aumentará o consumo na região; 5,93%, porque irá aumentar os recursos e investimentos, 3,70% acham que, com o AST, o comércio irá prosperar; 1,48% acreditam que irá aumentar o desenvolvimento da cidade, 0,74% acredita que irá melhorar a infraestrutura na região, e o mesmo percentual de entrevistados acredita que irá ter mais subsídios para a lavoura (gráfico 24). Observa-se que a maior expectativa das comunidades é com a possibilidade de geração de empregos e aumento da dinâmica da economia local. Vale ressaltar que, em comparação com o resultado apontado no gráfico 32 – onde 41,89% acham que a implantação do centro espacial trouxe danos na localidade, mesmo 75,83% não sabendo responder quais seriam esses prejuízos –, neste caso do AST, a expectativa é contrária. Conclui-se que o cenário favorável é em virtude da maior participação

e envolvimento das comunidades pela recente presença regular dos comandantes na Base Espacial nas áreas de entorno do centro espacial.

Gráfico 25- Distribuição dos benefícios na comunidade

Na sua opinião, ao chegar os benefícios do acordo com os Estados Unidos, como irá ocorrer a distribuição dos benefícios dentro da sua comunidade?

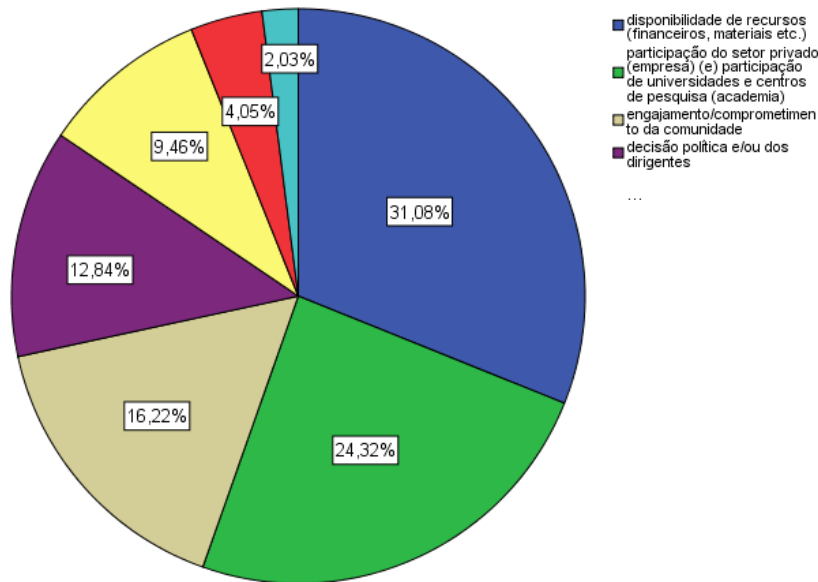


Fonte: Coleta por questionário estruturado

Quando se fala de como serão distribuídos os benefícios do AST, há uma divisão clara de opiniões. 40,54% dos entrevistados acreditam que, ao chegar os benefícios, acontecerá para poucas pessoas da população e atenderá algumas necessidades, e 37,84% acreditam que toda a população da cidade será beneficiada. Além desses, 14,19% dos entrevistados acreditam que apenas a população de algumas comunidades receberá benefícios, e 2,03% acreditam que os benefícios serão para outros municípios apenas. 5,41% não souberam responder (gráfico 25). Percebe-se uma total desconfiança quanto à distribuição equitativa dos benefícios a serem proporcionados pelo estabelecimento de políticas públicas de desenvolvimento local após o AST com os Estados Unidos. Mesmo comprovado que os entrevistados acreditam na melhoria de qualidade de vida, como atesta o gráfico 34 – onde 65,03% confiam que o acordo impactará financeiramente a sua família e a comunidade de entorno da Base Espacial –, quase metade deles não dão credibilidade ao alcance dessas políticas públicas.

Gráfico 6 - Ações necessárias para o aproveitamento do Acordo na cidade

De acordo com o seu ponto de vista, quais são ações necessárias para que este novo momento da base espacial seja um sucesso e que a comunidade aproveite da melhor maneira?



Fonte: Coleta por questionário estruturado

Dentre as ações necessárias para que a comunidade aproveite os benefícios do AST, 31,08% dos entrevistados entendem que tem que ter disponibilidade de recursos financeiros e materiais; 24,32% acreditam que a participação do setor privado será importante; 16,22% acreditam que as universidades serão preponderantes; 9,46% entendem que deverá ocorrer o engajamento da comunidade para que os benefícios do AST sejam difundidos; 12,84% dos entrevistados acreditam que deve ter decisão política para que haja a distribuição equitativa dos benefícios; 4,05% acreditam que a participação de atores locais que não fazem parte do setor privado será mais importante; e 2,03% defendem outras opções diversas de estratégias (gráfico 26).

O estudo explicitou, a partir da pesquisa na comunidade, que grande parte da população acredita que o AST- Acordo de Salvaguardas Tecnológicas ajudará a cidade de Alcântara, demonstrando alta expectativa por resultados favoráveis à Base Espacial e ao município.

A pesquisa mostrou que, dentre as ações necessárias para que a comunidade aproveite os benefícios do AST, a população entende que

a disponibilidade de recursos financeiros e materiais e que a participação do setor privado e das universidades serão fatores preponderantes. Outro resultado importante é que a população de Alcântara entende que deverá ocorrer o engajamento da comunidade para que os benefícios do AST sejam difundidos e, para isto, deve ter decisão política para que haja a distribuição equitativa dos benefícios. O estudo apontou que a população acredita que o AST impactará financeiramente a sua família e a comunidade de entorno da Base Espacial, que isso acontecerá porque haverá geração de emprego, mesmo não sabendo como esta melhoria irá se desenhar nas comunidades.

Em linhas gerais, a população aprova o AST com os Estados Unidos, acredita que o acordo ajudará a cidade de Alcântara e impactará financeiramente a sua família e a comunidade de entorno da Base Espacial.

4

**O AST E ALCÂNTARA: UMA ANÁLISE
DOCUMENTAL DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS PREVISTAS E
PERSPECTIVAS DE PARTICIPAÇÃO
COMUNITÁRIA**

4

4. O AST E ALCÂNTARA: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PREVISTAS E PERSPECTIVAS DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

O Maranhão é o Estado mais pobre do Brasil. Segundo dados do IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, divulgados em novembro de 2019, 16,9% (dezesseis vírgula nove por cento) da população maranhense estava em situação de extrema pobreza em 2016, o que correspondia a 1,1 milhão de pessoas. Este número cresceu para 19,9% (dezenove vírgula nove por cento), ou seja, 1,3 milhão de pessoas, em 2018. Um acréscimo de 223 mil pessoas neste estado de pobreza. A renda domiciliar *per capita* caiu nesse mesmo período, de R\$ 615,00, em 2017 para R\$ 605,00, em 2018. Os dados demonstram a dificuldade que o Estado enfrenta e o quanto carece de uma política pública de desenvolvimento local.

Nesse contexto, Alcântara ocupa a 195ª posição entre 217 municípios maranhenses, no que diz respeito à renda *per capita* com apenas R\$ 5.387,80, em 2018. Em 2017, apenas 8,4% (oito vírgula quatro por cento) das pessoas estavam ocupadas com média mensal de 3,3 salários mínimos. Entretanto, 56,4% (cinquenta seis vírgula quatro por cento) da população viviam em domicílios, com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, ou seja, mais da metade da população nessa linha (IBGE, 2020).

Na educação, alcança apenas 3,8 no IDEB para o ensino fundamental e possui 96,8% (noventa seis vírgula oito por cento) de taxa de escolarização (IBGE, 2020). Outro dado relevante, para caracterizar a realidade do município, é que possui 7.860 residências consideradas com saneamento básico inadequado (IBGE, 2020). A sua história contribui para o legado histórico arquitetônico, os casarões históricos, nas ladeiras, praças e ruas de Alcântara, e nas formas de saber-fazer específicas, além de elementos culturais como a festa do Divino Espírito Santo, que demonstram uma forte carga simbólica e características marcantes de seu povo.

Em novembro de 2019, o Congresso Nacional aprovou o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) assinado com os Estados Unidos (EUA) que tem como premissa principal a proteção da tecnologia americana a ser utilizada em prováveis lançamentos espaciais a partir do Centro Espacial de Alcântara (CEA), localizado no estado do

Maranhão. Com esse acordo, os Estados Unidos permitem que o Brasil lance foguetes e satélites que contenham peças americanas. Segundo o ministro do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, em participação em uma reunião na Câmara de deputados em abril de 2019 para discutir o AST:

Através desse acordo com os Estados Unidos, essa responsabilidade é transferida, em troca da permissão dos Estados Unidos para que nós lancemos de quaisquer países foguetes e satélites com peças americanas, nós nos comprometemos a proteger a tecnologia americana. Essa parte é importante quando se pensa na viabilidade econômica do Centro de Lançamento de Alcântara pois 80% dos foguetes e satélites criados no mundo usam algum componente americano. Queremos tornar esse centro em um centro comercial (PONTES, 2019)

Neste sentido, é importante ressaltar que uma Base Espacial deve ter planejamento para a área militar e para a área comercial. Segundo a Agência Espacial Brasileira (2019), a ideia ainda não utilizada em Alcântara é gerar recursos para o Programa Espacial Brasileiro e para o desenvolvimento da região onde o centro está localizado. A localização é uma vantagem competitiva para a Base Espacial de Alcântara, conforme já descrito anteriormente e deve ser aproveitada, pois poderá atrair empresas de vários países que queiram lançar foguetes ou satélites.

A operação comercial necessária e viabilizada pelo AST com os Estados Unidos consiste em captar empresas de vários países que têm lançadores para realizarem lançamentos de seus foguetes a partir de Alcântara. Com um portfólio de foguetes lançadores e as características técnicas necessárias como: o tipo do satélite a ser lançado, sua massa, sua órbita, em termos de inclinação e de altitude, estabelece-se o custo do lançamento. Segundo o ministro do MCTIC, Marcos Pontes, em abril de 2019, “esse valor vai ser distribuído para pagar o lançador, parte para o programa espacial e outra parte para o desenvolvimento da região”

A comercialização de um centro de lançamento tem como escopo gerar receitas para o programa espacial do país ofertante dos serviços e viabilizar a melhoria de infraestrutura da região. Captar os

países e empresas parceiras significa aperfeiçoar as instalações dos locais de lançamento.

Buscar a maximização dos ganhos por meio da comercialização de lançamentos, sem que sejam feitos estudos prévios robustos, pode mitigar tanto os benefícios esperados quanto os aspectos de soberania, de desenvolvimento tecnológico e estratégicos das missões espaciais (NASA, 2012).

Após a assinatura e a aprovação do AST com os Estados Unidos o tema do desenvolvimento socioeconômico da região passou a ser tratado como preponderante para que a comercialização do Centro Espacial de Alcântara se reverta em benefícios concretos para a população de entorno.

A geração de empregos, por meio do turismo e ampliação da atividade comercial poderá contribuir para um investimento na educação pela necessidade de atender a Base Espacial que mudará seu paradigma para um centro comercial, e a região necessitará de investimentos assim como ocorreu em Kourou, na Guiana Francesa, “case” já relatado neste trabalho. Para que essa mudança de paradigma ocorra deve ser estabelecida uma nova modelagem do negócio.

O Centro Espacial de Alcântara ficou muitos anos sem operação, o que acarretou sérios problemas. Dada a complexidade no que diz respeito aos modelos de negócio voltados para o setor espacial, entende-se como necessário um estudo específico sobre as perspectivas previstas pelo poder público para um melhor aproveitamento do Centro Espacial.

Para a análise fidedigna, optou-se por uma pesquisa a documentos oficiais para que se possa avaliar as perspectivas de desenvolvimento para a região. Os relatórios de gestão da Agência Espacial Brasileira (AEB) de 2019 e 2020 e o Programa de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara PDI-CEA foram os principais.

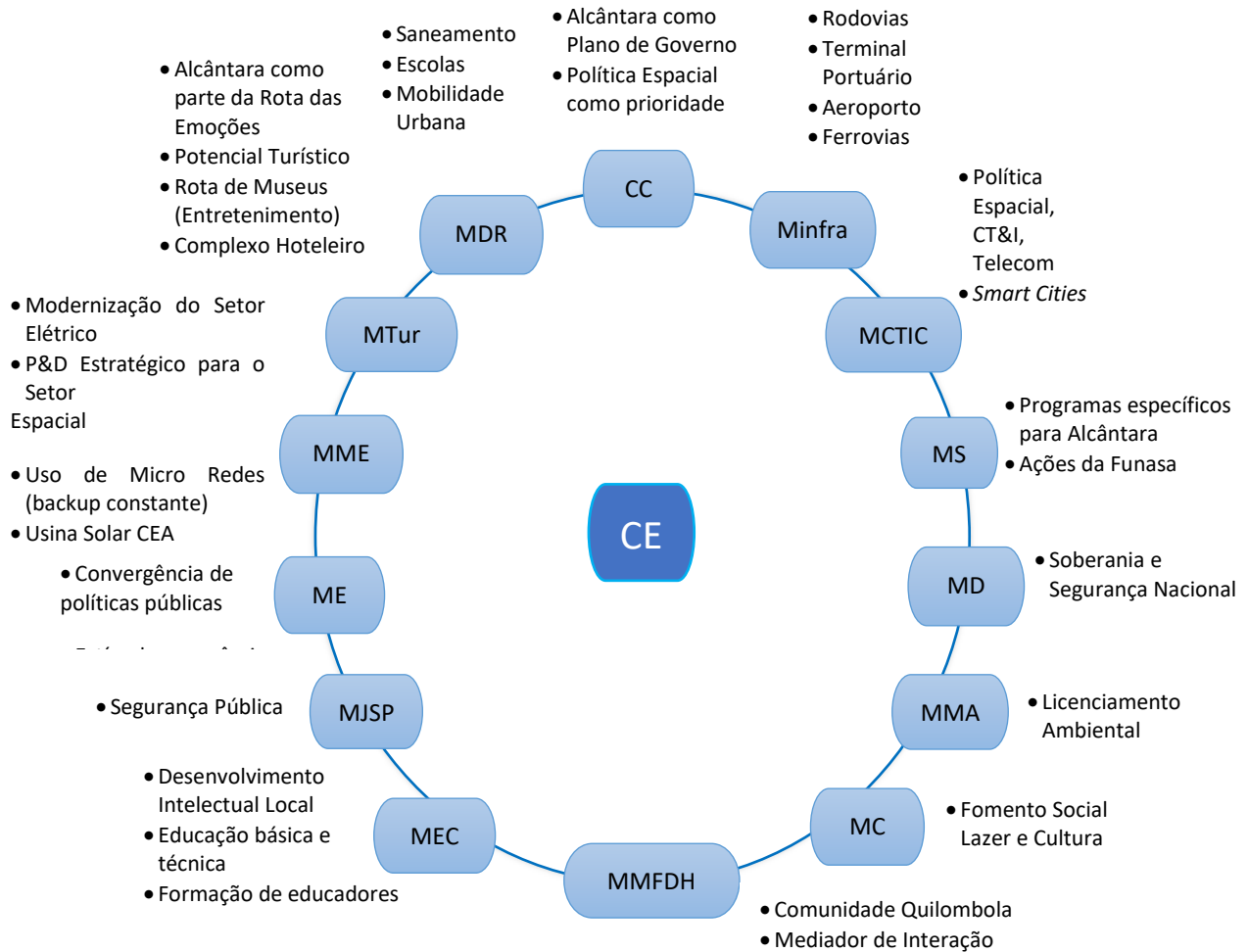
Nos relatórios de gestão da AEB , verificou-se que a política pública na área espacial envolve um rol de ações que vão desde o desenvolvimento, a construção e a operação de foguetes suborbitais e

veículos lançadores, satélites e suas cargas úteis e centros de lançamento, a atividades de normatização e certificação de sistemas espaciais, propriedade intelectual e de desenvolvimento de capital humano associado, entendidos como essenciais para a sustentabilidade de um programa espacial nacional completo e autônomo. Essas diretrizes são descritas no Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), referente ao período 2012-2021. Outro fator relevante é a atuação do Comitê para o Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB), que, em 2019, criou grupos técnicos para redigir a nova Lei Geral de Atividades Espaciais e a de planejamento das ações para consolidação do Centro Espacial de Alcântara (CEA). Os resultados desses grupos nortearão as futuras ações no âmbito do Programa Espacial Brasileiro, as preparações da infraestrutura de Alcântara-MA, permitindo lançamentos privados a partir do centro, num esforço efetivo de alinhamento do Brasil com o mercado mundial.

As atividades de manutenção e operação do Centro Espacial de Alcântara vêm sendo realizadas com “priorização dos sistemas operacionais críticos, para a aquisição de nova antena de Telemetria em Banda S e o planejamento para a adaptação da Torre Móvel de Integração (TMI) para ser utilizada nos lançamentos dos veículos VS-50 e do VLM-1” (AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA, 2019). Após a aprovação do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), ocorreram discussões para investimento na infraestrutura necessária para viabilização da exploração comercial.

Ao longo de 2019, houve um trabalho intenso de articulação da AEB com diversos órgãos da Administração Pública Federal (direta e indireta), com vistas a identificar oportunidades de parcerias e de colaborações em benefício do Centro Espacial de Alcântara. Em janeiro de 2020, começou a construção da institucionalidade com a Comissão de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara – CDI-CEA. A comissão é composta por dezenove órgãos da administração federal e tem caráter temporário e consultivo. A figura 2 demonstra as atribuições de cada órgão.

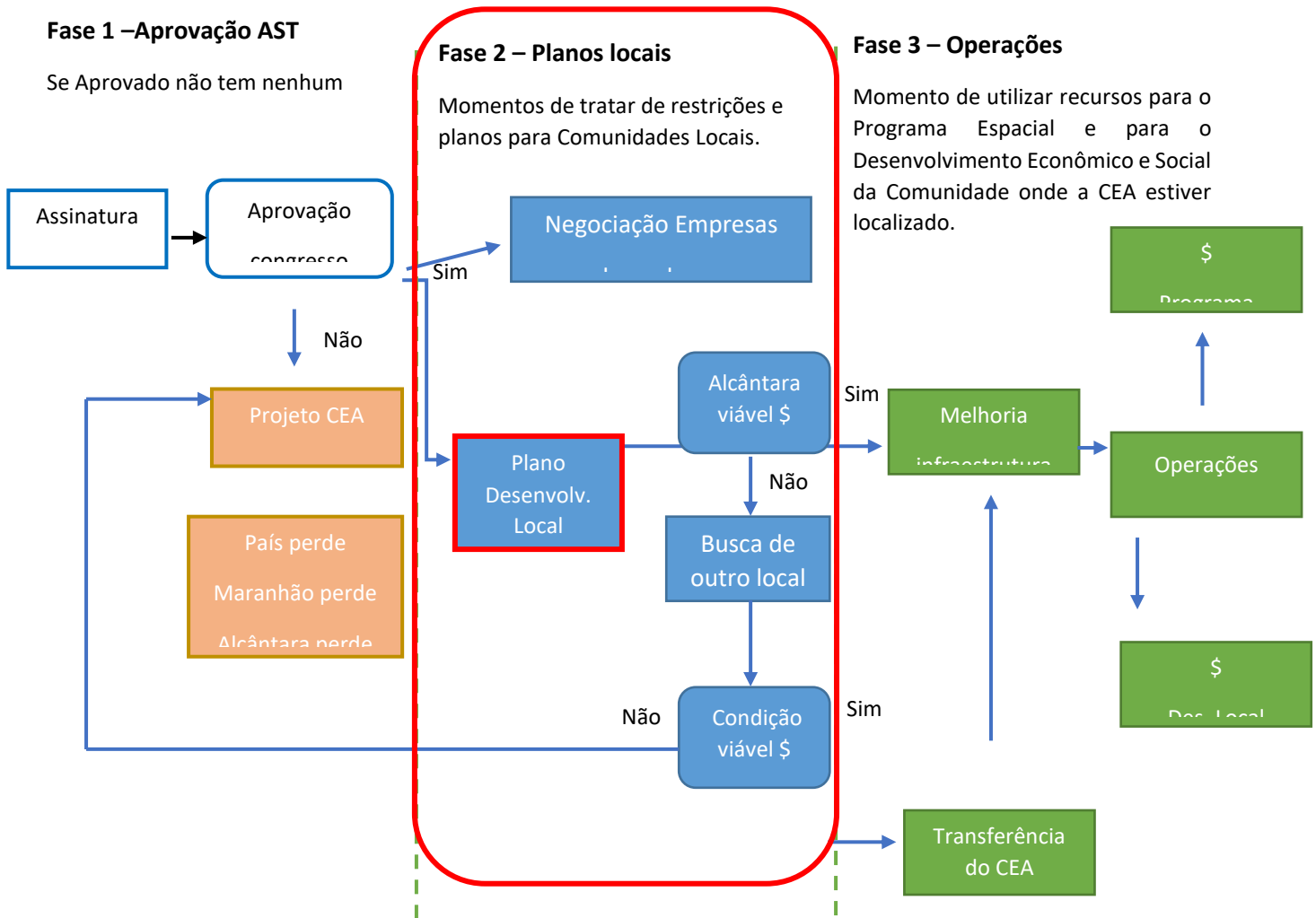
Figura 2 – Atribuições de cada órgão federal no plano de desenvolvimento do centro espacial de Alcântara



Fonte: PDI-CEA(2021)

Após a formação da comissão, a Agência Espacial Brasileira começou a planejar as ações para o CEA, que será a base para os planos de negócios. Relembrando que o planejamento está sendo dividido em três fases: aprovação AST, planos locais e operações, e os planos de negócios fazem parte da segunda fase (figura 3).

Figura 3 – Fases do planejamento comercial do Centro Espacial De Alcântara



Fonte: PDI-CEA(2021)

Além da CDI, o arranjo institucional contempla outros “stakeholders” fundamentais para a operação do centro espacial, entre eles: Governo do Estado do Maranhão, Prefeitura Municipal de Alcântara, usuários, comunidades locais, associações de classe, relações federativas, relações com o legislativo federal e com a Frente Parlamentar Mista para o Programa Espacial Brasileiro, entre outros.

Em agosto de 2020, a AEB iniciou a construção do Programa de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara (PDI-CEA). O ponto de partida foi estabelecer a visão de futuro para o CEA; desse modo, após várias reuniões, foi definido que o Centro Espacial de Alcântara deve agir como um vetor de desenvolvimento regional

(AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA, 2020). Tendo isto definido, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio da Agência Espacial Brasileira, iniciou a elaboração dos planos diretor de infraestrutura, sócio econômico e de implementação do PDI-CEA.

Segundo o Diretor de Governança do Setor Espacial da AEB, Engenheiro Cristiano Trein, o plano diretor de infraestrutura deve conter quatro divisões: **Infraestrutura de Apoio às Atividades Espaciais**: Zona de apoio às atividades espaciais; arranjos legais e de incentivo; localização; distrito Industrial; hotel, restaurante, zona residencial; ensino, universidades; **Infraestrutura Logística**: portuária, aeroportuária, rodoviária, ferroviária; **Infraestrutura Urbana**: saneamento, saúde, educação, turismo e cultura; moradia, segurança pública; acesso digital, telecomunicações; “smart cities”, tecnologias espaciais e Inteligência artificial aplicada ao contexto urbano, geração distribuída, energias renováveis, eficiência energética e **Infraestrutura Socioambiental**: Valorização histórica, patrimonial e ambiental; desenvolvimento sustentável, Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS); segurança e diversidade alimentar.

O plano socioeconômico atenderá, conforme resultados apresentados da pesquisa realizada, as necessidades e expectativas das comunidades de entorno com o AST assinado e aprovado, pois trata-se do plano de Inclusão da comunidade local na cadeia de valores do CEA, incentivos ao empreendedorismo, capacitação técnica e qualificação profissional e estratégias de desenvolvimento da cadeia de serviços locais (AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA, 2020).

Já o plano de implementação do PDI é a transição entre a fase dois, fase de elaboração de planos locais e a fase três, ou seja, a fase de operações do Centro Espacial de Alcântara.

A partir do estudo foi possível observar o foco das políticas públicas da AEB em tornar a Base Espacial de Alcântara como uma ferramenta que proporcione a geração de empregos e renda à população de entorno, sem lançar mão de estratégias de informação e diálogo.

A análise documental de relatórios de gestão da Agência Espacial Brasileira (AEB) e normativas oficiais identificaram as principais iniciativas previstas para a região. Os principais planos e programas demonstram a preocupação dos órgãos competentes em

garantir o desenvolvimento econômico e social do município de Alcântara com políticas públicas que envolvam as comunidades nesse processo.

A análise realizada nesta pesquisa parece ratificar a afirmação da hipótese, pois, em todas as estratégias da AEB identificadas neste estudo, existem referências para o envolvimento das comunidades tradicionais de Alcântara para que participem e contribuam nas políticas públicas que serão implementadas em função do AST. Vale ressaltar que, no cruzamento entre os resultados da pesquisa de campo realizada e a análise documental dos planos, observa-se uma convergência entre os anseios da população entrevistada com as estratégias previstas pelo governo federal, por meio da AEB.



5

5

CONSIDERAÇÕES FINAIS



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Globalização se instalou nas relações sociais e econômicas e, do modo capitalista, a definição de soluções para os problemas das populações se tornou uma acirrada busca pela redução de desigualdades sociais. Nesse contexto, a indústria aeroespacial passou a ser uma vertente econômica relevante no processo de desenvolvimento econômico local.

Em virtude de sua localização privilegiada, o município de Alcântara teve a implantação da Base Espacial e despertou durante seu processo histórico conflitos territoriais e sociais vivenciados por comunidades rurais do Maranhão em função do deslocamento involuntário de seu território.

No entanto, observou-se que as principais dinâmicas regionais se concentraram nas agrovilas que continuam a conviver com formas tradicionais de forças produtivas. Conforme foi apresentado por Braga (2011), em um estudo realizado em Alcântara

as estratégias de articulação utilizadas pelo Estado no intuito de reduzir resistências ao Programa Espacial Brasileiro fracassaram e se tornaram pouco efetivas para a boa interação do CLA e as comunidades remanescentes de quilombos de Alcântara.

Este trabalho teve como objetivo geral identificar os efeitos e oportunidades do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, celebrado com os Estados Unidos, para as comunidades da região do Centro Espacial de Alcântara e para a participação dos atores locais nas políticas públicas de desenvolvimento local.

A coleta de dados junto às comunidades quilombolas e à população do município utilizou questionários para unificar as informações coletadas e foram respondidos pelo sujeito de pesquisa, excluindo a participação de analfabetos e menores de idade. Foi focada na obtenção de aspectos subjetivos sob a percepção dos entrevistados, em que se buscou descrição de suas ideias, reflexões e indagações com a intenção de identificar o quadro atual da sua realidade social.

É importante ressaltar algumas limitações da pesquisa, como as relacionadas à definição da metodologia da pesquisa de campo em função da dispersão territorial dos entrevistados e o momento difícil de acesso por conta da pandemia da Covid-19.

Embora a pesquisa tenha se esforçado para identificar todas as estratégias, é provável que algumas não tenham sido identificadas, mesmo assim a visita ao município, em duas ocasiões distintas, foram

enriquecedoras no sentido de compreender as dinâmicas envolvidas no trabalho desenvolvido. Outra análise importante é que a necessidade de melhor compreensão das percepções positivas e negativas parecem contribuir ou retardar o processo de inclusão da população. Portanto, é fundamental, além de prover serviços inclusivos e de economia solidária, trabalhar para que a população também assim os perceba, ajudando na própria sustentabilidade do modelo.

De forma relevante, a compreensão de que o AST poderá gerar riqueza direta e indireta para o município não é mais algo restrito a poucos membros da comunidade. Neste sentido, entende-se que somente a partir de um plano de ação que considere todos esses fatores a continuidade e o crescimento da inserção do Brasil no mercado mundial de lançamento de satélites serão possíveis, contribuindo para o fortalecimento da economia nacional e, sobretudo, para o desenvolvimento do centro espacial de Alcântara e de todo o seu entorno. Vale frisar que, em fevereiro de 2021, o governo federal deu um importante passo para a solução de um dos principais problemas identificados, que são as questões fundiárias na região, quando distribuiu os títulos de propriedade de terras aos quilombolas removidos na construção do Centro de Lançamentos a décadas atrás. Este ato representa um relevante investimento para a participação popular sem restrições neste novo momento comercial que o centro espacial viverá após o AST.

A Base Espacial de Alcântara é um desses espaços diferenciados com suas particularidades internas, mas que precisa visualizar e entender melhor o seu entorno para que possíveis intervenções políticas de desenvolvimento nesses territórios possam estar de acordo com as suas necessidades.

Com os planos da AEB, criando uma reconfiguração territorial regional ampliada que deve atender as necessidades das comunidades de entorno através do desenvolvimento local e promovendo uma maior dinâmica socioeconômica entre as comunidades do município de Alcântara, dentro de alguns anos pode vir a se tornar, um importante Centro Espacial do Mundo. Diante de uma nova concepção de desenvolvimento, a participação da comunidade com o sentimento de pertencimento passou ser ponto de pauta imprescindíveis nas agendas políticas após o AST. Se em outro contexto histórico, as comunidades representavam obstáculos ao desenvolvimento, atualmente são vistas como parte do processo de desenvolvimento.

Diante deste cenário possível, importante buscar novas estratégias que venham a ser desenvolvidas promovendo a inclusão social. Pesquisas neste sentido podem ser enriquecedoras na construção de um modelo de desenvolvimento local sustentado, e os resultados dessas ações podem ser objeto de pesquisas futuras, visto que têm o potencial de proporcionar efeitos diretos, indiretos e

induzidos na economia da região. Além disso, mostra-se necessário um esforço de ir até as comunidades garantindo a participação dos que mais precisam e uma amostragem mais significativa.

Espera-se que esta dissertação contribua para esclarecer algumas particularidades regionais e para oportunizar o protagonismo da comunidade local e, que os dados nela contida possam servir às ações do poder público junto ao seu planejamento do desenvolvimento local, pois só dessa maneira esse trabalho poderá realmente ser útil à sociedade, em particular da Base Espacial de Alcântara e seu entorno na implementação de políticas públicas que faça o aproveitamento dos efeitos que o AST possa proporcionar.



REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca N.; KECK, Margaret E. Representando a diversidade: estado, sociedade e "relações fecundas" nos conselhos gestores. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 52, jan./apr. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792008000100008&script=sci_arttext. Acesso em 18 mai. 2020.

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA. **Centro espacial de Kourou serve de inspiração para Alcântara**. Brasília: MCTIC, 2019 [Postado em 18 de jun.]. Disponível em: <http://aeb.gov.br/centro-espacial-de-kourou-serve-de-inspiracao-para-alcantara>. Acesso em: 30 abr., 2020.

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA. **Deputados lançam frente parlamentar para modernização da base de Alcântara**. Brasília: MCTIC, 28 abr. 2017c. Disponível em: <http://portal-antigo.aeb.gov.br/camara-lanca-frente-parlamentar-para-modernizacao-da-base-de-alcantara>. Acesso em: 21 mai. 2020.

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA. **O Acordo de Salvaguardas de Alcântara**. Brasília: MCTIC, 2017b. Disponível em: <http://portal-antigo.aeb.gov.br/o-acordo-de-salvaguardas-de-alcantara/>. Acesso em: 21 mai. 2020.

ALMEIDA, Raquel M. De. **Bancos Comunitários, Moedas Sociais Digitais e Inclusão Financeira: uma análise a partir das pressões institucionais e da modelagem social da tecnologia**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.143p.

ANDRADE, Israel de Oliveira; CRUZ, Luís Rogério Veríssimo; HILLEBRAND, Giovanni Roriz Lyra; SOARES, Matheus Augusto. O Centro de Lançamento de Alcântara: abertura para o mercado internacional de satélites e salvaguardas para a soberania nacional. **IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Brasília; Rio de Janeiro, out. 2018. 50p.

AROUCK, Ronaldo. **Brasileiros na Guiana francesa Novas migrações internacionais ou exportação de tensões sociais na Amazônia?** Lusotopie. Maio de 2000. 78p.

ARRAIS, Tadeu A. Planejamento e Desenvolvimento Regional: a intervenção governamental e a problemática regional em Goiás. **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, ano 06, n. 12, 2007.

AVRITZER, Leonardo. Instituições Participativas e Desenho Institucional: algumas considerações sobre a variação da participação

no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, jun. 2008, p. 43-64.

BAIOCCHI, Gianpaolo. Emergent Public Spheres: Talking Politics in Participatory Governance. **American Sociological Review**, v. 68, n. 1 (feb., 2003), p. 52-74. Published by: American Sociological Association. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3088902>. Acesso em: 20 mai. 2020.

BECKER, F. D. & WITTMANN, M. (Org.). **Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 2003. 395p.

BERTONCELLO, Silvio L. T.; CHANG JÚNIOR, João. A importância da Responsabilidade Social Corporativa como fator de diferenciação. **FACOM**, n. 17, 1º sem. 2007. Disponível em: forumfaap.com.br/revista_faap/revista_facom/facom_17/silvio.pdf. Acesso em: 22 jun. 2020.

BIRD – BANCO MUNDIAL. A Economia nos Tempos de COVID – 19. **Relatório semestral sobre a região da América Latina e Caribe**. Banco Mundial, 12 de abril de 2020. 65p.

BRAGA, Yara Maria R. de Oliveira. **Território Étnico Conflitos Territoriais em Alcântara, Maranhão**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba, 2011.

CALMONT, André. Trajets Socio-identitaires Chez les Jeunes Issus de la Migration Haitienne en Guyane. **Cuadernos interculturales**, año 5, n. 9, 2007, p. 9-27.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Atividade Legislativa**: Comissões. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cctci/documentos/notas-taquigraficas/2019/nt-2019-04-10-apc-mctic-min-marcos-pontes-alcantara>. Acesso em: 22 mai. 2020.

CAPELLA, Ana Cláudia N. **Formulação de Políticas Públicas**. Escola Nacional de Administração Pública (Enap). 152p. 2018. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3332>. Acesso em: 22 jul. 2020.

CAPELLA, Cláudia Niedhardt. **Formação da Agenda Governamental: Perspectivas Teóricas**. Trabalho apresentado no GT Políticas Públicas do XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 25-29 de outubro, Caxambu: MG. 2005

COUTO, Cláudio G. A Longa Constituinte: reforma do Estado e fluidez institucional no Brasil. In: DADOS. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 41, n.1, p.51-86. 1998.

DA CONCEIÇÃO, André Luiz. **A UHE Tijuco Alto e a qualidade de vida no Vale do Ribeira: o caso do município de Ribeira-SP**. Dissertação (Mestrado em Planejamento de Sistemas Energéticos) – Universidade Estadual de Campinas, 2010.

DE OLIVEIRA, Rita de Cássia M. (Entre)Linhas De Uma Pesquisa: o Diário de Campo como dispositivo de (in)formação na/da abordagem (Auto)biográfica. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 2, n. 4, Salvador, Bahia, 2014.

DEMO, P. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez Editora, 1988.

DUARTE, Geraldine R. Guiana Francesa: uma análise geohistórica. **Confins** - Revista Franco-Brasileira de Geografia, n. 28, 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/11072>. Acesso em: 16 mar. 2020.

ESTERHAZY, David. The role of the space industry in building capacity in emerging space nations. **Advances in Space Research**, v. 44, Issue 9, nov. 2009. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0273117709003482>. Acesso em: 22 mar. 2020.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA. **Centro de Lançamento de Alcântara. História do CLA**. [S.l.]: FAB, 2017a. Disponível em: <http://www2.fab.mil.br/cla/index.php/historias>. Acesso em: 21 mai. 2020.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA. **Centro de Lançamento de Alcântara. Vantagens**. [S.l.]: FAB, 2017c. Disponível em: <http://www2.fab.mil.br/cla/index.php/vantagens2>. Acesso em: 21 mai. 2020.

FRANCISCO, Rodrigo. **Fatores Determinantes No Uso Do Benchmarking Como Ferramenta Para Competitividade Da Agroindústria De Aves**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, 2017.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: Um Debate Conceitual e Reflexões Referentes a Prática da Análise de Políticas Públicas no Brasil. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, jun. 2000.

GELINSKI, Carmen Rosário Ortiz G.; SEIBEL, Erni José. P. Formulação de Políticas Públicas: questões metodológicas relevantes. **Revista de**

Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, v. 42, n. 1 e 2, p. 227-240, abr. e out. 2008.

GIACOTTINO, J.-C. **Les Guyanes**. Paris, Presses universitaires de France. 1984, 128p.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e Participação da Comunidade em Políticas Sociais. **Rev. Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 20-31, mai. / ago. 2004.

GOMES, ISABELA M. Como elaborar uma pesquisa de mercado. **Revista Administração Mercadológica**. 2013. 12p.

GÓMEZ, MÓNICA C.; SOUZA. WILMA G. Grandes Empreendimentos, Valorização do Capital e Transformações Rural-Urbano. **Revista Rural & Urbano**, Recife. v. 1, n. 1, p. 67-74, 2016.

GOVERNO FEDERAL entrega 125 títulos de propriedade de terra no Maranhão. Gov.br, 11 fev. 2021 [14h20]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/fevereiro/governo-federal-entrega-125-titulos-de-propriedade-de-terra-no-maranhao>. Acesso em 1 abr. 2021.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 16 mar. 2020.

IBGE. **Censo**: sinopse – Alcântara (MA) [Tabela], 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/alcantara/pesquisa/23/25207>. Acesso em 25 abr. 2020.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: Instituto, 1959. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo>. Acesso em: 16 mar. 2020.

IBGE. **Panorama**: Alcântara (MA). 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/alcantara/panorama>. Acesso em: 16 mar. 2020.

IBGE. **Panorama**: Brasília, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/saojosedoriopreto/panorama>. Acesso em: 23 mar. 2020.

INSEE- Institut National de la Statistique et des Études Économiques. 2011. Disponível em: <https://insee.fr/fr/statistiques>. Acesso em: 30 abr. 2020.

JOLIVET, Marie-José. **La question créole. Essai de sociologie sur la Guyane Française.** Paris: Centre ORSTOM, 1990. 495p.

KOBAYASHI, S.; YOSHIDA M.; HASHIMOTO, T. Estudo sobre o Mecanismo de Circulação de Moeda da Comunidade Usando Jogos e Simulação. Multi-Agente (em japonês), **Studies in Simulation and Gaming**, v. 23, n. 2, p. 1-11, 2015.

KOTLER, P. **Administração de marketing.** São Paulo: Editora Atlas S.A., 1996.

KOUROU tem centro espacial sofisticado mas população carece de luz. *In: Estado de Minas.* Belo Horizonte, 04 abr. 2007 [12h46]. Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia//2017/04/04/interna_internacional,859681/kourou-tem-centro-espacial-sofisticado-mas-populacao-carece-de-luz.shtml. Acesso em: 30 abr. 2020.

KREITLON, Maria Pricilla. A ética nas relações entre empresas e sociedade: fundamentos teóricos da responsabilidade social empresarial. *In: Encontro Nacional das Associações dos Programas de Pós-graduação em Administração*, 28., 2004, Curitiba, **Anais...** Curitiba, 2004.

LELOGLU, U.; KOCAOGLAN, E. Establishing Space Industry in Developing Countries: opportunities and difficulties. **Advances in Space Research**, v. 11, n. 42, p. 1879-1886, fev. 2008.

LÉZY, Emanuel. **Guyane, Guyanes:** une géographie «sauvage» de l'Orénoque à l'Amazone. Paris: Belin, 1989. 347p.

LIMA, Maria Alice Dias da Silva; ALMEIDA, Maria Cecilia Puntel de; LIMA, Cristiane Cauduro. A utilização da observação participante e da entrevista semi-estruturada na pesquisa de enfermagem. *In: Revista gaúcha de Enfermagem.* Porto Alegre, v. 20, n. especial, p. 130-142, 1999. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/23461>. Acesso em: 20 set. 2020.

LOPES, Danilo S. Alcântara, a Aritmética do Racismo Institucional: breves considerações acerca do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas e suas implicações às comunidades quilombolas. [S.l.], 26 abr. 2020. **Combate Racismo Ambiental.** Disponível em: <http://racismoambiental.net.br/category/racismo-ambiental/>. Acesso em: 30 abr. 2020.

LOWI, Theodore J. Four Systems of Policy, Politics and Choice. *In: Public Administration Review*, v. 32, n. 4, p. 298-310, 1992.

MALMEGRIN, Maria Leonídia. **Redes Públicas de Cooperação Local**. 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014. 134p.

MARTÍN, José Carpio. Desarrollo local en los espacios rurales. **Polis** – Revista Latinoamericana, Santiago, Chile: Universidade de Los Lagos, n. 2, 23 nov. 2002. Disponível em: <http://polis.ulagos.cl/index.php/polis/article/view/145>. Acesso em: 18 mar. 2020.

MARTINS, R.D.; CALDAS, E.de L. Visões do Desenvolvimento Local: uma análise comparada de experiências brasileiras. **Rev. Interações**, Campo Grande, v. 10, n. 2, p. 207-218, jul./dez. 2009.

MARTINS, Sérgio Ricardo O. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **Interações**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v. 3, n. 5, set. 2002. Disponível em: <https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/570>. Acesso em: 26 mar. 2020.

MCTIC – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES; MINISTÉRIO DA DEFESA; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Conhecendo o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas**: Brasil e Estados Unidos. Brasília, 2019.

NASA – NATIONAL AERONAUTICS AND SPACE ADMINISTRATION. **NASA's infrastructure and facilities**: an assessment of the agency's real property leasing practices. Washington: Office of Inspector General, 2012.

NOBILE, Rodrigo. Kourou, Base Espacial de. **Enciclopédia Latino Americana**. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/k/kourou-base-espacial-de> [Postado em 2015]. Acesso em: 30 abr. 2020.

OBSERVATOIRE DU TOURISME DE LA GUYANE. **Les touristes récepteurs**. Disponível em: https://www.guyane-amazonie.fr/sites/ctguyane/files/brochure_tourismeguyane_a5_n2.pdf, 2018. Acesso em 30 abr. 2020.

POBLETE, M.A.M. Reforma del Estado y Buenas Practicas de Gestión en Chile: el sistema de información de experiencias de gestión pública. In: **IX Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, Madrid, España, 2 – 5 nov. 2004.

PONTES, Marcos. [Pronunciamento proferido na 5ª Reunião Ordinária de Audiência Pública Conjunta da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, sobre o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas – AST entre o Brasil e os Estados Unidos, relativo ao uso comercial do Centro de Lançamentos de Alcântara, no Maranhão.]. Brasília, Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/html/54965>. Acesso em: 26 jul. 2010.

PRIM, Márcia A.; AGUIAR, Ranieri R. S. de; DANDOLINI, Gertrudes A. Banco de Palmas: um caminho para o empoderamento comunitários através da inovação social. **Rev. Produção em Foco**. Centro Universitário SOCIESC – UNISOCIESC Joinville, Santa Catarina, v. 7, n. 1, p. 64, dez. 2017. 15p.

RAMALHO, Alan. [Depoimento do Superintendente da Fundação Cultural Palmares, sobre os dados de cadastro da Fundação concedido na Superintendência do órgão no Maranhão.]. São Luís, Fundação Cultural Palmares, 2010.

ROMÃO, Bruno S.; ARAÚJO e SILVA, Ana Luiza; SEABRA, Emerson L.L.; CORRÊA DA SILVA, Silvio. A Formação Territorial Do Maranhão, Transformações Espaciais e Territoriais da Implantação do Centro Espacial de Alcântara. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, jul./dic., 2011, p. 1-16, Universidad Nacional Heredia, Costa Rica.

ROZAS, G. Pobreza y desarrollo local. In: **Excerpta**, Universidade do Chile, n. 7, 1998. Disponível em: <http://rehue.csociales.uchile.cl>. Acesso em 26 mar. 2020.

SANTOS, R.S.; RIBEIRO, E.M. & GOMES, EG. Compreendendo a Natureza das Políticas do Estado Capitalista. **Revista de Administração Pública**, 41(5): 819-34, 2007.

SATELLITE INDUSTRY ASSOCIATION (SIA). 2010 **State of the Satellite Industry Report**. Washington, DC, aug. 2010. Disponível em: <http://www.sia.org/IndustryReport.htm>. Acesso em: 22 mai. 2020.

SATELLITE INDUSTRY ASSOCIATION (SIA). **Introduction to the Satellite Industry**. Washington, DC, 2019. Disponível em: <https://sia.org/wp-content/uploads/2019/12/Introduction-to-the-Satellite-Industry-Presentation-Satellite-101-1.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2020.

SCHMIDT, Flávia de Holanda. **Desafios e Oportunidades para uma Indústria Espacial Emergente: o caso do Brasil**. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, set. 2011. 75p.

SECCHI, Leonardo. **Formação da Agenda: método de policy advocacy para ensino de políticas públicas**. APGS, Viçosa, v. 4, n. 1, pp. 32-47, jan./mar. 2012. Disponível em: www.apgs.ufv.br. Acesso em 22 mar. 2020.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SEN, A. (1999) **Desenvolvimento como Liberdade**. Trad. Laura Texeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

SEREJO LOPES, Danilo. Alcântara, a aritmética do racismo institucional: breves considerações acerca do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas e suas implicações às comunidades quilombolas. Publicado em 26 de abril de 2020. **Revista Racismo Ambiental**. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2020/04/26>. Acesso em: set. 2020.

SEVÁ FILHO, Arsênio O.; NÓBREGA, Renata da S.; GARZON, Luís Fernando N. Rios de Rondônia: jazidas de megawatts e expropriação social e ambiental. *In: Encontro nacional da ANPUR, 14., 2011, Rio de Janeiro. Anais...* Rio de Janeiro, 2011.

SHORROCKS, Anthony; HOEVEN, Rolph V. der. Growth, Inequality, and Poverty: Prospects for Pro-poor Economic Development. **WIDER Studies in Development Economics**. OUP Oxford, 2004. 300p.

SILVA, Edson P. da S.; OLIVEIRA, Edson A. de A. Q.; ARAUJO, Elvira A. S. O conceito de desenvolvimento econômico regional: uma revisão teórica. **The 4th International Congress on University-Industry Cooperation**, Taubate, SP– Brazil – Dec. 5th through 7th, 2012.11p.

SILVA, G.V. **A Cooperação Transfronteiriça entre Brasil e França: Ensaios e Expectativas neste século XXI**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2013. 261p.

SOUZA, C. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. *In: HOCHMAN, G; ARRETCHE, M. & MARQUES, E. Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FOCRUZ, 2007.

SOUZA, Charles B. G. Conflitos e Territorialidades Étnicas no Espaço Urbano de Kourou-Guiana Francesa. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 4, n. 8, jul./dez. de 2010. p.125-142.

TEIXEIRA, Elenaldo C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. 2002. Disponível em:

<http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspublicas.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2020.

TOSTES, José Alberto. **Centro Espacial de Kohrou**. 2013. 1 fotografia. Disponível em: <https://josealbertostes.blogspot.com/> 2013. Acesso em: 30 abr. 2020.

TOSTES, José Alberto. **Company town**. 2013. 1 fotografia. Disponível em: <https://josealbertostes.blogspot.com/> 2013. Acesso em: 30 abr. 2020.

VINUTO, Juliana. A Amostragem em Bola de Neve na Pesquisa Qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, 22, (44): 203-220, ago./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>. Acesso em: 20 set. 2020.

A modern office interior with large windows, tables, and chairs. The scene is dimly lit with a blue tint. In the foreground, there are several hexagonal ottomans on a rug. In the background, there are long tables with chairs, and a few people are seated at the tables. The ceiling has recessed lighting.

APÊNDICES

APÊNDICES

APÊNDICES

APÊNDICE –QUESTIONÁRIO APLICADO NAS COMUNIDADES

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA LOCAL

O CENTRO ESPACIAL DE ALCÂNTARA E SUA ABERTURA PARA O MERCADO MUNDIAL: PERSPECTIVAS DO PODER PÚBLICO E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA.

O AST- Acordo de Salvaguarda Tecnológicas, celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos no ano de 2019, abrirá as portas da Base Espacial de Alcântara para o mundo. O modelo do MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, propõe uma ampla discussão no contexto local com os representantes da sociedade.

Diante disto, como parte da conclusão do Mestrado Profissional em Administração Pública, no IDP de Brasília, decidi fazer um trabalho para identificar o que a população acha desse momento. O objetivo é promover a participação da comunidade no aproveitamento da Base Espacial, durante o desenvolvimento da economia de Alcântara. Para isto, estou fazendo uma pesquisa para descobrir quais as necessidades e expectativas da sua comunidade e de Alcântara em geral. A sua opinião vai ajudar a descobrir os interesses da população e qual a melhor forma de participar deste momento de mudanças. Não existem respostas certas ou erradas. Se alguma pergunta não for bem entendida, por favor sinta-se à vontade para pedir ajuda. Este questionário é confidencial e será utilizado somente para a análise desta pesquisa. Podemos começar?

1. Identificação do Pesquisador: Liviomar Macatrão Pires Costa-
Mestrando em Administração Pública – IDP, Brasília (DF)

2. Identificação do Entrevistado (Características Gerais)

2.1. Faixa Etária (somente acima de 18 anos):

(a) 18 a 29 (b) 30 a 40 (c) 41 a 50 (d) 51 a 70 (e) Mais de 70 anos

2.2. Condição profissional

(a) Autônomo (b) empregado (c) outra: _____

2.3. Ocupação principal_____

2.4. Gênero: (a) masculino (b) feminino (c) outros. cite: _____

2.5. Entrevistado da família: (a) pai (b) mãe (c) outros. cite: _____

2.6. Quantas pessoas moram na casa? _____

2.7. Renda Familiar Média (opcional):

(a) menos que 1 salário mínimo (b) 1 salário mínimo (c) entre 2 e 3 salários mínimos (d) 4 salários mínimos (e) 5 salários mínimos ou mais (f) sem rendimentos próprios.

2.8. Você ou sua comunidade tem conhecimento do acordo de salvaguardas com os Estados Unidos que contempla a Base de Alcântara? (a) sim (b) não.

3.Características Gerais – Identificação da comunidade

3.1. Quantas famílias vivem na comunidade em que você mora?

3.2. A comunidade é : (a) rural (b) urbana (c) rural e quilombola

3.3. A comunidade possui postos de saúde?

(a) sim. Qual? Cite: _____ (b) não

3.4. A comunidade possui escolas?

(a) sim. Qual? Cite: _____ (b) não

4. Desenvolvimento Local (geração de emprego e renda)

4.1. A comunidade sobrevive basicamente de quais atividades?

(a) agricultura de subsídio (b) agricultura comercial (c) criação de animais (d) artesanato (e) comércio (f) extrativismo (g) atividades industriais (h) aposentadoria (i) auxílio de renda do governo (j) outros. cite: _____

4.2. Quais alimentos são produzidos em sua comunidade?

(a) carne de frango (b) carne suína (c) carne bovina (d) peixes (e) grãos (f) mel (g) frutas e legumes (h) pão (i) leite (j) outros. cite: _____

4.3. Existem bens coletivos (agroindústria, fábricas de farinha ou outros)? (a) sim (b) não

Se a sua resposta for sim, cite quais:

4.4. Na sua opinião, a comunidade possui potencial turístico? (a) sim (b) não

Se a sua resposta for sim, cite quais:

5.Participação, Organização e Empoderamento Comunitário

5.1. A comunidade possui quais tipos de organização?

(a) Associações (b) Cooperativas (c) Grupos de mulheres (d) Grupos de jovens (e) Grupos religiosos (f) Outros. Cite: _____

5.2. Você participa das decisões políticas da sua comunidade? (a) sim (b) não Caso sua resposta seja positiva, como acontece a sua participação?

a) reuniões b) debates c) organizações políticas d) outros? Cite: _____

5.3. Existe contato seu ou de algum membro da sua família com os representantes políticos eleitos que atuam em sua região? (a) sim (b) não 5.4. Na sua opinião, a comunidade necessita de melhorias? (a) sim (b) não

Em que setor? Cite: _____

6. Relação Base Espacial e o Município de Alcântara

6.1. A partir das seguintes opções, como é a sua relação, da sua comunidade ou da sua família com a Base Espacial de Alcântara? (ler todas para o ouvinte escolher uma alternativa dessas)

(a) está desenvolvendo projeto juntos (b) apenas raramente possui contato (c) teve contato no passado, mas considera uma boa relação (d) teve contato no passado, mas não considera uma boa relação e) Nunca teve contato

6.2. Se já teve contato, através dele, houve alguma melhoria na sua comunidade? (a) sim (b) não (c) NS/NR.

6.2.1 Se a sua resposta foi sim, como considera esse contato? (a) positivo (b) negativo.

6.3. Você, sua comunidade ou algum membro da sua família foi convidado a participar de reuniões com o governo sobre a construção da Base, sobre o acordo com os Estados Unidos e os projetos que visam implementar aqui na região? (a) sim (b) não

6.4. Você acha que a Base contribui o desenvolvimento da sua comunidade e da cidade de Alcântara? (a) sim (b) não Quais seriam essas melhorias? Cite: _____

6.5. Você acha que a Base trouxe impactos negativos a sua comunidade e da cidade de Alcântara? (a) sim (b) não Quais? Cite: _____

6.6. Na sua opinião, o acordo com os Estados Unidos, ajudará a cidade de Alcântara? (a) sim (b) não

6.6.1. Se sua resposta for sim, você acha que essa ajuda será em melhorar o acesso aos mercados de bens e serviços básicos? (a) sim (b) não

6.6.2. Se sua resposta for sim, você acha que essa ajuda será em melhorar a situação financeira da sua família e da sua comunidade? (a) sim (b) não De que forma? Cite: _____

6.6. Na sua opinião, ao chegar os benefícios do acordo com os Estados Unidos, como irá ocorrer a distribuição dos benefícios dentro da sua comunidade? (Ler na hora essas opções para o ouvinte conseguir escolher):

(a) toda a população da cidade (b) população de algumas comunidades (c) apenas algumas necessidades e de poucos (d) outros. Cite: _____

6.7. De acordo com o seu ponto de vista, quais são ações necessárias para que este novo momento da base espacial seja um sucesso e que a comunidade aproveite da melhor maneira? (ler as opções na hora para o ouvinte)

a) decisão política e/ou dos dirigentes (b) engajamento/comprometimento da comunidade (c) disponibilidade de recursos (financeiros, materiais etc.) (d) participação do setor privado (empresa) (e) participação de universidades e centros de pesquisa (academia) (f) coparticipação de outros órgãos ou atores, exce

